



**THUANNY APARECIDA NOGUEIRA**

**ADOLESCÊNCIA E HIV/Aids: DE QUE FORMA PESQUISAS  
CIENTÍFICAS TÊM ABORDADO O PAPEL DAS ESCOLAS NA  
PREVENÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO**

**LAVRAS – MG**

**2021**

**THUANNY APARECIDA NOGUEIRA**

**ADOLESCÊNCIA E HIV/Aids: DE QUE FORMA PESQUISAS  
CIENTÍFICAS TÊM ABORDADO O PAPEL DAS ESCOLAS NA  
PREVENÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras,  
como parte das exigências do Curso de Pedagogia, para a  
obtenção do título de Licenciada.

Orientadora: Prof. Dr.<sup>a</sup> Larissa Figueiredo Salmen Seixlack  
Bulhões

**LAVRAS – MG**

**2021**

*À memória de minha mãe, por tudo que me ensinou e pelos laços de amor eterno que nos une.*

*Dedico*

## **Agradecimentos**

Depois de muita luta, finalizo mais uma etapa importante da minha vida. Foi um período de muita aprendizagem e conquistas junto a pessoas incríveis, que fazem e passaram a fazer parte da minha jornada.

Agradeço primeiramente ao Sagrado, e à espiritualidade por ter me guiado e sustentado até aqui.

Ao meu filho Gabriel, por ser a razão e inspiração de tudo, por ser meu raio de sol nos dias nublados e força Motriz da minha vida.

Ao meu irmão Rafael, por ser minha referência desde sempre, por cuidar de mim, me apoiar e me incentivar. Estaremos juntos até depois do fim, te amo!

Ao meu avô Felizberto Nogueira, por ser meu porto seguro, exemplo de amor, dedicação, honestidade e fé. Um ser iluminado que o Universo me permitiu compartilhar esta caminhada. Ô sorte!

À minha tia Maria Nogueira Matuck, por ter sido nosso anjo da guarda, por tudo que fez, por todo apoio e cuidado, e por tudo que representa em minha trajetória. Serei eternamente grata, te amo!

À Maria Luiza, por ser minha rede de apoio, minha amiga, companheira, minha luz, e por representar o amor materno. Sempre serei imensamente grata!

À Mônica e ao Tarlei, por serem colo, aconchego, família e por tudo que representam em minha vida.

Às minhas amigas de graduação, obrigada por construírem junto a mim essa história, e pela oportunidade de criar laços eternos. Milena, o que seria de mim sem você? Obrigada por sempre me apoiar e incentivar. Você é incrível! Larissa, a mulher mais canceriana que já conheci. Você me ensinou que família não é só de sangue, que certas coisas não valem o surto e que carinho e amor nunca é demais. Michelle, você me fez acreditar que sou capaz, segurou minha mão na hora da dificuldade, foi minha dupla do início ao fim, se fez irmã. Você é inspiração! Núbia, minha primeira amiga na Universidade, como é bom ter uma mulher forte e inteligente como você ao meu lado. Você é uma poesia viva! Te Amo! Eloiza, veio como um furacão, e completou nosso time rs. O mundo é seu Elô!

À minha querida e amada orientadora Larissa, eu não tenho nem palavras para descrever o quanto eu cresci com você. Aprendi da melhor maneira, com seu amor, dedicação, paciência e amizade. Você é minha inspiração de educadora! Obrigada por ser maravilhosa e por ter contribuído para eu me tornar uma pedagoga consciente e que luta por uma educação libertadora!

À professora Jacqueline, por mostrar que educação também se faz através de lutas e resistência. Obrigada por estar sempre presente, você é incrível!

À professora Carol, pelo companheirismo e apoio sempre! Por compartilhar saberes comigo, por me incentivar e me fazer crescer como pessoa e pesquisadora. Você me fez acreditar no meu potencial. Te admiro demais!

À professora Luciana Soares, por todos saberes compartilhados, você foi fundamental para minha formação enquanto ser humano e profissional, me ensinou a compreender e a respeitar as diferenças, a ser uma pedagoga que luta por uma educação antirracista.

À todas e todos que contribuíram para minha formação e estiveram comigo ao longo desta caminhada.

Meu eterno obrigada!

*“E a felicidade, ainda que tardia, deve ser conquistada.  
E que ninguém mais aceite as migalhas do cotidiano”.*

*Sérgio Vaz*

## SUMÁRIO

<b>1- Apresentação: Como o HIV e a aids atravessaram minha vida. ....</b>	<b>09</b>
<b>2- Introdução .....</b>	<b>12</b>
<b>3- Fundamentação Teórica .....</b>	<b>15</b>
<b>3.1- HIV/aids Avanços e Retrocessos .....</b>	<b>15</b>
<b>3.2- Adolescência na perspectiva histórico-cultural.....</b>	<b>24</b>
<b>3.3- Interseccionalidade entre gênero, raça e classe na incidência do HIV/aids na juventude brasileira.....</b>	<b>30</b>
<b>3.4- Educação Sexual e as barreiras impostas pelo neoconservadorismo. ....</b>	<b>35</b>
<b>4- Metodologia. ....</b>	<b>40</b>
<b>5- HIV/aids, educação e adolescência: de que forma tem acontecido essa relação?.....</b>	<b>41</b>
<b>6- Considerações Finais. ....</b>	<b>47</b>
<b>7- Referências Bibliográficas.....</b>	<b>48</b>

## **RESUMO**

Por muito tempo o Sistema Único de Saúde (SUS) foi considerado um modelo no enfrentamento da epidemia de HIV/aids. No entanto, dados do último boletim epidemiológico do HIV/Aids demonstraram um aumento de novas infecções pelo vírus entre jovens e adolescentes. Com o avanço do neoconservadorismo no Brasil, observa-se um silenciamento sobre o HIV e a aids, com a redução de campanhas e desmonte de políticas públicas voltadas para a prevenção e tratamento da doença. Além disso, as escolas enfrentam entraves postos pela política neoconservadora do Governo Federal para discutir sobre educação sexual nas salas de aula. Nesse sentido, com base nos princípios teóricos da psicologia histórico-cultural, este trabalho buscou investigar sobre como as pesquisas científicas têm abordado o papel das escolas na prevenção e conscientização sobre o HIV/aids com a população adolescente. Visto que a escola se configura como âmbito de mediação essencial para a disseminação de informação e conhecimento, e para a desnaturalização das opressões e violências vigentes na sociedade de classes. Para realização da investigação, foram analisadas publicações científicas sobre o tema dos últimos cinco anos (2016-2020). Os resultados encontrados apontam que o público adolescente desconhece a temática HIV/aids. Ademais, constatou-se que o discurso biomédico tem sido a base das discussões acerca da temática nas escolas. Sendo assim, é urgente investir em ações que sejam voltadas para a superação do estigma e da discriminação, e para a compreensão da educação sexual em uma perspectiva histórica, cultural e emancipadora.

**Palavras-chave:** Adolescência; HIV/aids; Prevenção; Escola; Educação Sexual.

## **1- Apresentação - Como o HIV e a aids atravessaram minha vida.**

O ano era 1995, meu pai sofreu uma overdose em virtude do seu vício em cocaína e precisou ser hospitalizado. Foram dias a fio, lutando para sobreviver. Em uma crise de abstinência, tentou fugir do hospital, ao ser contido pelos enfermeiros, bateu com a cabeça e sofreu um AVC. Depois desse episódio, outras complicações foram surgindo. Entrou em coma, e acabou não resistindo. No dia 15 de março meu pai faleceu em decorrência de uma pneumonia. Com o óbito do meu pai veio o diagnóstico: positivo para HIV/aids. Minha mãe aos 24 anos se viu viúva, com três crianças para criar e um vírus incurável.

Quando meu pai faleceu, eu tinha apenas três anos de idade, meu irmão mais velho cinco, e minha irmã mais nova, dois. Por sorte, ou vontade divina, nenhum de nós três fomos infectados. Me lembro de como meu irmão cuidava de nós, como se tornou o homem da casa. Além dele, meu avô paterno sempre esteve presente.

Na época, morávamos em Três Corações, minha cidade natal, uma cidade relativamente pequena no sul de Minas Gerais, lá todos se conhecem, e uma história como essa logo se espalhou. E com isso, eu e meus irmãos vivenciamos uma infância atípica, permeada por estigmas e preconceitos. Vivemos momentos difíceis, mas outros muito felizes.

Minha mãe não conseguia emprego, sempre que descobriam sua sorologia, logo a dispensavam. Enfrentamos muitas dificuldades, mas estávamos sempre unidos. Além disso, encontramos nessa jornada pessoas que foram verdadeiros anjos. A começar pelo médico infectologista Dr. Luiz Carlos Coelho, que desde o diagnóstico até o último suspiro segurou nossa mão com tamanha dedicação e competência. O enfermeiro Willington, que nos adotou como família, estava sempre disposto a ajudar, aconselhar e a ouvir. A Conceição, assistente social e ativista no grupo “Solidariedaids” que sempre nos socorria nas horas de aperto, minha tia avó Maria Nogueira Matuck que foi a mais importante entre todas as pessoas, ela foi nosso alicerce, porto seguro, nosso anjo da guarda. E outros amigos e amigas aos quais somos imensamente gratos.

Crescemos convivendo com o vírus, minha mãe falava abertamente conosco sobre sua sorologia, desde que passamos a entender. Conversava sobre sexo, sexualidade, era nossa amiga e parceira. Com seu jeito extrovertido, falava sobre tudo. Sempre a

acompanhava nas consultas médicas, nos exames, e me recordo de Dr. Luiz Carlos dizer em um tom bastante sério em uma das consultas: “ Seus exames apontaram que a contagem do CD4 está baixa, precisa se cuidar, tomar a medicação”. Eu não entendia bem o que ele estava dizendo, mas parecia grave. Minha mãe concordou, por um tempo, tomou a medicação, mas logo parou. A medicação tem efeitos colaterais muito fortes, e minha mãe não se adaptava com o tratamento. Me recordo que em um determinado momento, eu quem buscava sua medicação no postinho, tinha em torno de 9 ou 10 anos. Não sabia o que significava aquele olhar da enfermeira, hoje sei, era um olhar de preconceito. Sim, contraditório se tratando de uma profissional da saúde. Presenciei esse olhar em diversas situações, vindo de diversas pessoas.

Foi então que minha mãe resolveu mudar de cidade. Em 2005, viemos para Lavras, no início foi difícil, depois minha mãe conseguiu emprego como babá, tudo corria bem... Porém, uma ligação bastou para acabar com tudo. Não sabemos como nem quem, mas contaram no serviço da minha mãe que ela era soropositivo, e pouco tempo depois, ela foi dispensada. Foi então que meu avô paterno fez a proposta de construir uma casa para nós voltarmos para Três Corações. Voltamos. Eu já estava com 15 anos, meu irmão com 17 para 18 anos e minha irmã 14. Comecei a trabalhar como estagiária no INSS numa iniciativa empresa-escola, e meu irmão também trabalhava e logo entraria para o exército.

Vivemos um período mais tranquilo, saímos do aluguel, meu irmão entrou para Escola de Sargento das Armas- EsSA, eu ainda estava no INSS, meu avô sempre nos ajudando, nossa tia nos dava leite, ovos, verduras, tudo que era produzido na fazenda dela. Experimentamos estabilidade. Era tudo muito simples, mas repleto de amor e companheirismo!

O tempo foi passando, minha mãe não conseguiu continuar com a medicação, o vírus evoluiu, minha mãe começou a sentir os efeitos em seu corpo: unhas caindo, diarreia constante, herpes zóster, emagrecimento. Depressão. Tinha dias que ela sequer queria se alimentar, não saía do quarto para nada. A partir daí as visitas ao hospital se tornaram rotina. Primeira internação, sete dias dormindo com ela na enfermaria, tomou bolsa de sangue, foi medicada, melhorou, foi para casa. Foi uma melhora significativa, por um momento até nos esquecemos do susto.

Não durou muito. Um ano depois, novas complicações começaram a surgir, delírios, fraqueza, vômitos, diarreia, pneumonia, fungos no pulmão. Mais uma internação. A essa altura, o vírus já havia evoluído para aids. Ela lutou, mas não resistiu. Dia 20 de janeiro de 2009, minha mãe faleceu em decorrência de uma infecção generalizada desencadeada pela aids. Naquela manhã caía uma chuva serena como se fosse para lavar e levar toda dor. O dia estava cinza. O adeus doeu como uma faca perfurando o coração. E como dizem, a saudade é o amor que fica. O amor, a admiração e a saudade estão sempre presentes. Minha mãe foi uma guerreira, lutou bravamente contra o vírus, contra os estigmas, e nos fez ser quem somos. Só sinto gratidão por ter compartilhado minha existência com aquela pequena do sorriso largo.

Anos mais tarde, eu já na universidade assisti a um documentário intitulado “Cartas para além dos muros” que conta como é a vida de pessoas que vivem com HIV. Os desafios que enfrentam, o estigma, o preconceito, como o assunto tem sido cada vez mais silenciado, e como ainda é considerado um tabu. O que me chamou a atenção no documentário foi o depoimento de jovens, e como essa população tem sido a mais atingida pelo vírus. Vi ali toda minha trajetória, toda luta da minha mãe, e a partir disso, senti a necessidade de discutir sobre essa temática, pensei: preciso escrever sobre isso, as pessoas precisam ter acesso à informação, não podemos continuar vivendo na ignorância baseados em preconceitos e medos.

Eu, enquanto educadora em formação, preciso trabalhar para uma educação que forme cidadãos e cidadãs reflexivos e livres de preconceitos. Foi assim, que surgiu a ideia de realizar uma pesquisa para investigar como a escola pode contribuir para a conscientização e prevenção sobre o HIV e a aids entre adolescentes.

## 2- INTRODUÇÃO

Ao escrever este trabalho, revisitei memórias que mexem profundamente comigo, momentos que marcaram minha trajetória e que me fizeram ser quem sou hoje.

A minha proximidade com o tema HIV/Aids me fez sentir a necessidade de discutir esse assunto que julgo tão urgente e atual. Para isso, precisei quebrar meus próprios paradigmas, e superar o meu medo do julgamento alheio para discorrer sobre um tema que ainda é visto como tabu.

Ao longo do trabalho, abordei alguns detalhes dessa experiência, que também fizeram parte da minha história e me trouxeram até aqui. Talvez alguns tenham escapado, mas isso não importa, pois o que pretendeu-se ao escrever é que aqueles e aquelas que venham a ler este texto se sintam provocados e provocadas a levantar discussões e reflexões sobre as questões aqui abordadas.

Por muito tempo o Sistema Único de Saúde (SUS) foi considerado um modelo no enfrentamento da epidemia de HIV/aids<sup>1</sup>. Desde 1996, o Estado garante tratamento gratuito assim como o fornecimento de remédios aos e às pacientes, além da Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) e Profilaxia Pós Exposição (PEP). No entanto, dados do último boletim epidemiológico do HIV/Aids demonstraram um aumento de novas infecções pelo vírus entre jovens (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

As políticas de prevenção não têm sido eficazes, e, com o avanço do neoconservadorismo no Brasil, a abordagem sobre educação sexual nas escolas virou alvo de ataques por parte de grupos religiosos, conservadores e figuras políticas que disseminam intolerância sob a justificativa de defender a família brasileira, e nesse sentido, requerem que o debate sobre a educação sexual seja de responsabilidade exclusiva da família (PARKER, 2000). Esse cenário tem conduzido à desinformação e à exposição da juventude brasileira à contaminação. De acordo com dados do último Boletim epidemiológico em HIV/aids do Ministério da Saúde, o número de novos casos entre jovens de 15 a 24 anos aumentou aproximadamente 700% entre os anos de 2007 e 2019 (BRASIL, 2020). Nos anos 1990 e 2000, havia grandes mobilizações, investimentos e programas nacionais constantes voltados para a prevenção do HIV/Aids.

---

<sup>1</sup> Aids (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) é uma doença causada pelo HIV, que ataca células específicas do sistema imunológico, responsáveis por defender o organismo de doenças.

Hoje, nega-se o debate público, as campanhas são cada vez menos explícitas e não direcionadas ao público que mais precisa de esclarecimentos (PARKER, 2000).

Somado à desinformação, o estigma segue sendo o maior obstáculo para a prevenção e o tratamento da aids no Brasil (CARVALHO, 2017). A jovem e o jovem não tomam conhecimento sobre seu estado sorológico e acabam contribuindo para o aumento de infecção e agravamento do seu estado de saúde. Além disso, ao se descobrirem soropositivas, as pessoas se sentem inferiorizadas, silenciadas, com medo do julgamento e do preconceito. Conseqüentemente, é produzida uma insciência que contribui para o aumento da população infectada pelo HIV (CARVALHO, 2017).

Portanto, o presente trabalho tem como foco as estratégias de prevenção do HIV/aids voltadas para a adolescência e juventude, dado que as e os jovens compõem a maioria entre os novos casos de HIV/aids no Brasil<sup>22</sup>. No que se refere à concepção de desenvolvimento da adolescência, o presente trabalho pauta-se nos pressupostos da psicologia histórico-cultural, idealizada por Lev Vygotsky (1896-1934), a qual afirma o ser humano como um ser histórico. Portanto, seu desenvolvimento é construído nas e pelas relações interpessoais mediadas pelos signos da cultura. Assim, o ser humano se apropria da cultura historicamente acumulada pelas gerações anteriores ao mesmo tempo em que a produz e, neste processo, constrói sua subjetividade. No entanto, para que haja esta interação do indivíduo com o meio cultural e, portanto, o seu desenvolvimento, é necessário que se interponham mediações educativas, o que enfatiza o papel crucial da escola na formação e transformação integral dos sujeitos (LEAL e MASCAGNA, 2016).

Diante do exposto, e ancorado nos princípios teóricos desta abordagem, este trabalho buscou investigar sobre como a escola, sendo âmbito de mediação essencial para a disseminação de informação e conhecimento, e, portanto, para a desnaturalização das opressões e violências vigentes na sociedade de classes, tem contribuído para as políticas de prevenção ao HIV/Aids voltadas para adolescentes.

Assim, justifico a problematização deste tema, devido a sua importância, e por compreender que a desinformação influencia no crescente número de jovens infectados. Tendo isso em vista, senti a necessidade e a viabilidade de elaborar uma pesquisa que possibilite a ampliação do exercício de manutenção da discussão do papel das escolas na acerca da prevenção do HIV/aids.

---

<sup>22</sup> Jovens são maioria de novos casos no Brasil (<https://guiadoestudante.abril.com.br/>)

Portanto, este trabalho tem por objetivo investigar como as pesquisas científicas têm abordado o papel das escolas na prevenção e conscientização sobre o HIV/aids com a população adolescente.

Inspirada em Vinícius Carvalho (2017 p.15) que afirma que

A presença de pelo menos uma voz que enfrente diariamente realidades que não são centrais na sociedade, pela sua abjeção histórica e cultural, torna-se relevante por problematizar a opressão sofrida por um corpo desviante do padrão hegemônico de ser humano cidadão e de pessoa saudável, que pode colaborar para enxergarmos de outra forma uma realidade que ainda sobrevive (CARVALHO, 2017 p.15)

Iniciei este trabalho, abordando sobre a minha experiência de conviver com o vírus do HIVe com a aids, relatando o modo como esse tema atravessou a minha vida. Trouxe meu relato como forma de reflexão, de desconstrução e quebra de paradigmas.

A seguir, na fundamentação teórica, realizo uma retrospectiva histórica das políticas públicas de prevenção do HIV/Aids no Brasil, no intuito de discutir o que é o HIV/aids hoje no nosso país, os avanços obtidos ao longo dos anos, bem como os retrocessos, além de abordar como vem sendo tratada as questões de prevenção e tratamento da doença tendo em vista os desafios postos em um sistema social e econômico marcado pela exclusão, desigualdade e discriminação. Também foi apresentada a compreensão da adolescência na perspectiva da psicologia histórico-cultural, e como se dão as intersecções de gênero, raça e classe na incidência de HIV na juventude brasileira, dado que esta é a faixa etária que foi foco da presente pesquisa. Por fim, buscou-se refletir sobre a Educação Sexual e as barreiras impostas pelo neoconservadorismo, tendo em vista as contribuições que a escola pode trazer para a ampla compreensão acerca do HIV/Aids e para a formação e transformação dos e das adolescentes, no sentido de esclarecer, de agregar conhecimento, trabalhar a prevenção e desconstruir preconceitos. Em seguida, é apresentada a metodologia da pesquisa e discutidos os resultados do levantamento das publicações científicas dos últimos cinco anos (2016-2020), as quais abordam a participação das escolas na informação e prevenção do vírus HIV, tendo como objetivo investigar o modo como a temática HIV/aids tem sido abordada nas escolas entre os e as adolescentes.

### **3-FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Nesta etapa da pesquisa abordamos sobre os avanços e retrocessos no que diz respeito ao tratamento e prevenção do HIV e da aids, no intuito de discutir o que é o HIV/aids hoje no Brasil, tendo em vista os desafios postos em um sistema social e econômico marcado pela exclusão, desigualdade e discriminação. Também apresentamos a adolescência sob a perspectiva da psicologia histórico-cultural, e como se dão as intersecções de gênero, raça e classe na incidência de HIV na juventude brasileira, dado que esta é a faixa etária que foi foco da presente pesquisa. Ao final, refletimos sobre a Educação Sexual e as barreiras impostas pelo neoconservadorismo, tendo em vista as contribuições que a escola pode trazer para a ampla compreensão acerca do HIV/Aids e para a formação e transformação integral dos e das adolescentes, no sentido de esclarecer, de agregar conhecimento, trabalhar a prevenção e desconstruir preconceitos.

#### **3.1- HIV/Aids Avanços e Retrocessos**

Em 1982 surgiu o primeiro caso de Aids no Brasil. Quase nada se sabia sobre a aids, ninguém imaginava que aquela seria uma das epidemias mais devastadoras da história, tudo que havia era desinformação e preconceito. Em 1985, quando ocorreu o primeiro caso de transmissão de mãe para filho, foi criado o programa de Aids do Ministério da Saúde. A sociedade também se mobilizou pelo direito de viver. Em 1987, surgiu a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids - ABIA, fundada pelo sociólogo Herbert de Souza a ABIA foi a primeira associação a ter uma pessoa soropositiva na presidência. O ativismo da associação contribui até os dias de hoje no enfrentamento à Aids. No mesmo ano surgia CAPA, primeira ONG da América Latina na luta contra a aids.

Em 1986 o governo lançou no carnaval a primeira campanha: “Quem vê cara não vê aids.” O ano de 1987 trouxe o AZT, o primeiro medicamento e a primeira esperança real de vida a quem tem a doença. Em 1995, foram publicados os resultados obtidos com a combinação de antivirais, que ficaria conhecida como “coquetel”. Foi uma revolução. Em seguida, o Brasil passou a distribuir os antivirais pelo SUS, estratégia que mudaria a história da epidemia no mundo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

Além desses avanços, temos ainda a estratégia de Prevenção Combinada, que associa diferentes métodos de prevenção ao HIV, às Infecções Sexualmente Transmissíveis e às Hepatites virais, ao mesmo

tempo ou em sequência. Ao que tange o HIV, entre os métodos que podem ser combinados estão: a testagem regular para HIV, que pode ser realizada gratuitamente pelo SUS, a prevenção da transmissão vertical (quando o vírus é transmitido para o bebê durante a gravidez), a profilaxia pré-exposição (PrEP) e a profilaxia pós-exposição (PEP).

A PrEP – Profilaxia pré-exposição é uma estratégia de prevenção que envolve a utilização de um medicamento antirretroviral, por pessoas não infectadas, para reduzir o risco de aquisição do HIV por meio de relações sexuais. Desde 2010, pesquisas vêm comprovando que o uso diário de um comprimido que combina os antirretrovirais tenofovir e emtricitabina é eficaz e seguro para proteger contra a infecção por HIV por via sexual (FIOCRUZ, 2016). A Organização Mundial da Saúde recomenda a profilaxia pré-exposição para pessoas em risco considerável de se infectarem com HIV, ou seja, as chamadas populações-chave. O Brasil considera como populações-chave homens que fazem sexo com homens, pessoas trans, gays, profissionais do sexo e pessoas que usam drogas injetáveis. O Ministério da Saúde também recomenda a PrEP a casais sorodiscordantes, em que apenas uma das pessoas é soropositiva. Para Richard Parker (2016, p.9), “A PrEP deveria ser objeto de uma forte mobilização social, visto que é a grandenovidade na prevenção de uma doença que tem 44 mil novos casos por ano no país”. É válido destacar que a PrEP não deve ser uma intervenção isolada, ela não exclui a necessidade e importância do uso do preservativo, ela deve fazer parte de uma prevenção combinada (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).

Além da PrEP, desde 2010 está disponível no SUS a chamada PEP, sigla em inglês para profilaxia pós-exposição a PEP é a utilização da medicação antirretroviral após qualquer situação em que exista o risco de contato com o vírus HIV, violência sexual, relação sexual de risco desprotegida (sem o uso de camisinha ou com rompimento da camisinha) ou acidente ocupacional (com instrumentos perfuro-cortantes ou em contato direto com material biológico). A medicação age impedindo que o vírus se estabeleça no organismo, por isso a importância de se iniciar esta profilaxia o mais rápido possível após contato. Apesar de estar disponível no SUS para casos de exposição ao risco via sexo consentido desde 2012, ainda enfrenta barreiras como discriminação e falta de informação para quem busca acesso.

A partir do exposto, é importante salientar que muitas pessoas (inclusive profissionais da saúde) não têm conhecimento sobre essas estratégias. Destarte, podemos

constatar a importância da população (em especial as populações mais vulneráveis) ter acesso à informação, possibilitando assim, diminuir as desigualdades de alcance ao cuidado com saúde.

Segundo Richard Parker (2016), tivemos momentos de progressos e aprovações diante dos rumos da resposta nacional, por exemplo, no avanço da produção de antirretrovirais e distribuição da medicação pelo Sistema Público de Saúde. Entretanto, o Brasil experimenta hoje retrocessos, em especial na área de prevenção.

O momento atual é de enfrentamento de opiniões com marcas características. Uma delas é o otimismo com a “solução definitiva” do tratamento, na forma de um único medicamento, a colocar outros métodos no ostracismo. No campo da prevenção também o otimismo se dá com respostas farmacêuticas, que aposentariam de vez tudo que já foi empregado para pensar politicamente a aids, esquecendo: conexões entre direitos humanos, enfrentamento das desigualdades de gênero e prevenção da aids. Ao lado deste otimismo ufanista, de solução logo ali “na esquina” para o “problema da aids”, temos vozes que mostram o recuo da capacidade das políticas públicas brasileiras de reduzir a homofobia; de cuidar das pessoas vivendo com HIV/Aids; de educar os jovens sobre questões de sexualidade, gênero e doenças sexualmente transmissíveis; de evitar a criminalização da transmissão, implicando elevação da mortalidade (PARKER, 2016 p.2).

Podemos pensar esse retrocesso como um mau aproveitamento de tudo que foi aprendido e conquistado até aqui. A resposta brasileira frente à aids é uma resposta da sociedade como um todo, na qual os agentes de políticas públicas são parte, mas não são os únicos protagonistas. (PARKER, 2016). Isso quer dizer que apenas as políticas públicas não são suficientes no enfrentamento do vírus. O HIV é uma questão social, é preciso discutir, se informar, para desconstruir os preconceitos e estigmas, que só fazem sofrer e oprimem as pessoas que vivem com o vírus.

Parker (2016) utiliza a expressão “fazer viver e deixar morrer” consagrada na obra de Michel Foucault: “Em defesa da sociedade” (1999), para examinar as políticas públicas relacionadas ao tema em questão. Para ele, o conceito de *Fazer viver* está relacionado com a ampliação da oferta de exames para conhecimento da situação sorológica e oferta universal da medicação

antirretroviral. E o *deixar morrer* seria o reforço das situações de estigma e discriminação às populações vulneráveis.

De acordo com o autor supracitado, tratar da epidemia implicou falar em: homossexualidade, direitos humanos, luta contra o preconceito e a discriminação, questionamento dos procedimentos médicos, críticas à medicalização, defesa do sistema único de saúde, e aceitação da prostituição como uma atividade socialmente reconhecida. Houve então a ampliação da rede de significados em torno da doença, ancorada em conceitos e estratégias políticas próprias (PARKER, 2016).

Para entendermos o período inicial da luta contra a aids, Parker (2016) retoma a noção de solidariedade, que teve um valor essencial como bandeira política na mobilização de pessoas e grupos. A noção de solidariedade posta em ação na luta contra a aids se conecta com a proposta pedagógica de Paulo Freire, que faz referência explícita ao conceito:

Gostaria de acrescentar a solidariedade como outra qualidade desejável. Solidariedade caminha lado a lado com espírito crítico. Eu não posso imaginar o mundo tornar-se melhor se nós realmente não adotarmos este sentimento, se o mundo imediatamente não tornar-se uma grande massa de solidariedade, se não lutarmos pela solidariedade (FREIRE, 1967, p.39).

As ações de solidariedade interessam a todas pessoas, uma vez que a aids não está em alguns corpos, está no mundo (CARVALHO, 2017). Ainda segundo Carvalho (2017), todos e todas nós vivemos em um mundo com HIV, e as ações de cuidado, preservação e manutenção da vida nesse mundo não apenas são de responsabilidade de todos e todas, como também beneficiam a todos e todas. Vale ressaltar que toda construção política da solidariedade se fez na luta contra a aids, respondendo às urgências e emergências, e não no interior de uma investigação teórica, o que explica que sua definição seja mais fácil de seguir a partir de atos do que apenas na teoria. Segundo Paulo Freire (FREIRE, 1967, p.39) “A solidariedade não é apenas mera reflexão, ela é criada a partir do aumento de nossa sensibilidade aos detalhes”. Esta tem sido, claramente, a trajetória de um grande número de atores sociais na luta contra a aids, que transitaram de estratégias de educação de corte

individualista para abordagens de alcance comunitário, e que demonstram, segundo Parker (2016, p. 101):

[...] um novo entendimento de quanto a luta para responder efetivamente ao HIV e à AIDS é, na verdade, parte de uma luta muito mais ampla e de prazo muito mais longo [...] necessariamente destinada a enfrentar as questões subjacentes de desigualdade e injustiça que criaram as condições para a disseminação da infecção pelo HIV/AIDS.

A prática da solidariedade conduz a aids para o campo político, e permite envolver todos tipos de pessoas no enfrentamento da epidemia, e não apenas profissionais de saúde. De acordo com Parker (2016, p.3):

A noção de solidariedade aponta claramente para algo que pode ser feito de imediato, que não necessita aguardar a descoberta do medicamento que vai eliminar o HIV do organismo. A solidariedade fala de uma aids mais vinculada ao que se poderia chamar de “vírus ideológico do preconceito e da intolerância”, que é assumido como matando mais do que o vírus biológico, pois, além de matar, encurta a vida possível dos indivíduos, conforme os conceitos de morte civil e morte anunciada. Desta forma, solidariedade é uma estratégia de ação que acontece simultaneamente à busca da cura farmacêutica da aids, uma vacina de eficácia comprovada contra o que acabou por ser conhecido como “terceira epidemia de aids” a epidemia da discriminação contra as pessoas vivendo com HIV/Aids.

A partir do exposto, é possível discutir solidariedade com vulnerabilidade, com vida precária, luto e violência. Parker (2016, p.2) analisa o que chama de luto político, ele se concentra no conceito *deixar morrer*; “Um dos sintomas mais evidentes da facilidade em deixar morrer é a ausência de luto produzida pelas mortes dos outros”. Para o autor, o luto político é aquele que nos permite uma mudança coletiva, é um luto em que a tristeza não afoga as possibilidades de perceber o fenômeno social envolvido naquela morte.

A luta contra a aids esteve marcada fortemente, no período inicial, pela lembrança dos nomes das pessoas que morreram, vistas como vidas viáveis, que mereciam reconhecimento, e não apenas como números em tabelas epidemiológicas, e demonstra uma forma de luto político (ABIA, 2000).

A dor, o luto, a violência e a vulnerabilidade a que todos e todas estamos expostos são dimensões da vida em sociedade. Se olharmos para o outro e reconhecermos nele uma vida não viável, não digna de ser vivida, perdemos a capacidade do luto. Parker (2016, p.5) aproxima os conceitos de vulnerabilidade

e afirma:

[..] estes conceitos apontam na direção que consideramos adequada para pensar o ser humano. Envolvem ter atenção à vida ordinária, vista como precária ou intrinsecamente vulnerável. Podemos ter ações que aumentem a precariedade da vida, e ações que contribuam para diminuir ou, mesmo, eliminar esta precariedade. Em uma mesma sociedade, em um mesmo momento histórico, teremos esse jogo de ações que ampliam a precariedade da vida ou a tornam menos precária. Ações que investem em precarizar a vida possibilitam a injúria do indivíduo, sua exposição à vergonha, à exploração de seu corpo como vida não viável, roubam seu futuro, implicam constante separação entre o nós e o eles.

Em geral, é comum vermos afirmações do tipo: pessoas que não levam uma vida regrada, que fogem às normas da sociedade, aumentam a vulnerabilidade pessoal. Estaria aí o exemplo dos homossexuais, mais infectados pela epidemia por terem decidido viver uma vida que afronta a norma. Por outro lado, segundo estatísticas da Unaid (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids), mulheres casadas, com vida de acordo com a suposta norma, experimentam vulnerabilidade à infecção pelo HIV. A vulnerabilidade de que falamos aqui é uma relação, não uma essência de pessoas ou grupos. Todos e todas estamos sempre sujeitos à vulnerabilidade e, no dizer de Parker (2016), todos e todas temos vidas precárias. Não há situação de invulnerabilidade, e a vulnerabilidade não tem como ser erradicada, ela pode ser bem gerida, e consideravelmente diminuída. A vulnerabilidade não está, de modo essencial, no corpo da mulher, do jovem negro, do indivíduo gay, das travestis, transexuais ou transgêneros, do usuário de drogas, mas nas relações sociais que constroem essas vidas como vidas que não importam. Sendo assim, o autor ressalta:

É consenso entre a comunidade científica, organismos internacionais e lideranças da luta contra a aids que seu enfrentamento deve ser intersetorial, e que o combate ao estigma e promoção dos direitos humanos é essencial para a redução de vulnerabilidades que populações mais afetadas vivenciam (PARKER, 2016 p.7).

A Aids segue sendo uma questão política e a medicalização (apenas testar e tratar as pessoas infectadas) o que não poderia resolver uma série de questões daí derivadas.

O jogo de fazer viver e deixar morrer se expressa de muitos modos. A epidemia explode entre adolescentes, ofertamos exame e tratamento, mas temos muitas restrições para estabelecer debates sobre sexualidade e culturas juvenis. Com o tratamento, as pessoas vivem com HIV e apresentam carga viral indetectável, mas a transmissão é criminalizada. Ofertamos teste e tratamento a usuários de drogas injetáveis, mas recuamos nos programas de redução de danos, e conseguimos ficar na contramão dos países que são nossos vizinhos na criminalização do uso das drogas. A medicalização traz consigo uma ontologia individual liberal, enquanto, em seu início, a resposta brasileira à aids, com sua forte conexão com os direitos humanos e a ênfase na solidariedade, apontava para uma ontologia social que enfatiza: a interdependência dos seres humanos, a importância das comunidades, a importância do espaço público como lugar de respeito à diversidade e negociação das diferenças. A resposta brasileira à aids, em seu início, assumia que a vida é precária, e precária para todos. Quando algumas pessoas vivem com HIV, todos nós estamos vivendo com HIV. Vivemos em um mundo com aids, o que é uma perspectiva política diferente de pensar um mundo com alguns indivíduos portadores do HIV. Mais do que problemas com eventuais gestores, todos eles sempre de passagem, o que temos de apostar é em uma mudança na ontologia da resposta, do individual ao coletivo. (PARKER, 2016, p.9)

Infelizmente, vivemos em um sistema de exclusão, de desigualdade e discriminação, e o movimento conservador relaciona o HIV e a Aids a práticas consideradas impuras ou a comportamentos não desejáveis. Estes setores conservadores têm assumido um papel importante no enfraquecimento das políticas públicas relacionadas ao tema, tornando a questão mais complexa, reforçando os estigmas e culpabilizando as pessoas que vivem com o vírus. O cenário atual é crítico e pode ser considerado um retrocesso, com tendência a se agravar. Essas doenças precisam ser encaradas como uma questão social e devem ser enfrentadas em diversos níveis, com informação de qualidade, prevenção, educação sexual e não apenas com fornecimento de medicamentos.

Na década de 80 tivemos a construção de importantes movimentos e organizações de apoio ao combate ao HIV/Aids. Hoje, no entanto, prevalece a

abordagem de “testar e tratar” em detrimento de uma pedagogia da prevenção e tratamento que reforce princípios de solidariedade e direitos humanos. (PARKER, 2019). Atualmente a população brasileira tem acesso à medicação antirretroviral, a Profilaxia Pré-exposição e a Profilaxia Pós-Exposição de Risco. Todos esses tratamentos possibilitariam a erradicação da doença. Contudo, estatísticas da United Nations Programme on HIV/AIDS - UnaidS indicam o contrário, vivemos um novo pico de contaminação, principalmente entre jovens homossexuais (UNAIDS, 2019).

De acordo com Parker (2019), este novo pico se deu devido ao abandono das abordagens com base nos direitos humanos e alto investimento em abordagens biomédicas (testar e tratar). Segundo o autor, essa abordagem não é errada, no entanto, ela deve fazer parte de uma abordagem multidimensional, baseada nos direitos humanos e no empoderamento das pessoas.

Enfrentamos muitos retrocessos ao longo da luta contra a epidemia da Aids no Brasil. Entre eles, censura nas campanhas de prevenção, diminuição dos investimentos em campanhas de prevenção, e em 2013 o programa para trans também sofreu censura. Em entrevista para a revista *Eletron Comun. Info saúde* da Fiocruz, Parker (2019) afirma:

Infelizmente, no Brasil, o que aconteceu foi que em 2010, por razões absolutamente políticas, abandonamos as coisas que tinham dado certo durante duas décadas, nos anos 1990 e nos anos 2000. Começou a censura nas campanhas de prevenção quando a bancada religiosa conservadora foi para o governo vigente naquela época e falou “Bom, se vocês continuarem fazendo kit gay, fazendo programas para jovens gays e trans com aids, nós não vamos votar a favor das suas políticas econômicas”. [...] Isso foi o que fizemos no Brasil: desperdiçamos 20 anos de experiência com o que dava certo, tentamos adotar as políticas públicas dos Estados Unidos e passamos a achar que isso iria ser o suficiente, e deu no que deu. (PARKER, 2019, p.630)

Outra iniciativa recente que pode ser considerada um retrocesso foi o encerramento das redes sociais relacionadas aos temas HIV/aids. Essas medidas podem ampliar a invisibilidade da doença, uma vez que reduzem o acesso da população a informações sobre doenças que continuam sendo uma questão de saúde pública global (LOPES, 2019)

Segundo o historiador Gabriel Lopes (2019), o conservadorismo ameaça os êxitos do Programa brasileiro e tem sido um grande obstáculo na luta contra a aids. Nesse contexto de conservadorismo, a educação sexual tem sido atacada por diversas frentes que defendem que esse assunto deve ser abordado prioritariamente pela família, excluindo a escola e outros grupos sociais do debate. Não adianta ter remédio e uma política de tratamento, se não se investe na educação sexual e na prevenção bem estruturada. Lopes (2019) ressalta:

Atualmente, observa-se a permanente ‘moralização da Aids’, que relaciona a doença a práticas consideradas impuras ou a comportamentos ‘não desejáveis’. Estes argumentos culpabilizam as pessoas e reforçam a ideia de que se você tem Aids é porque não estava de acordo com o comportamento ‘correto’ ou se envolveu com ‘pessoas erradas’. Setores conservadores [da sociedade] têm assumido um papel importante nessa ‘moralização’, tornando a questão mais complexa e obscura. Como historiador, defendo que, para que os avanços não sejam perdidos, as políticas voltadas para o combate ao HIV/Aids devem ser encaradas como políticas de Estado e não de governo. A sociedade precisa estar mobilizada para que os ganhos conquistados até aqui sejam retidos e para que certos avanços não sejam perdidos com a mudança de governo. É importante defender os ideais de saúde como direito, seguindo a constituição federal. (LOPES, 2019, p. 5)

Outro grande obstáculo é o estigma. De acordo com Parker (2019, p. 14): “a coisa mais difícil de se enfrentar com a aids é o estigma”. O estigma é usado na sociedade para oprimir os outros. Nesse sentido, Parker (2016, p.8) faz a seguinte reflexão:

Trazer a questão de poder para a compreensão de como funciona o estigma socialmente é o primeiro passo para tentar fazer alguma coisa nesse sentido. É justamente por causa desse vínculo que possui com o poder que o estigma tem essa história tão longa e difícil; e a coisa mais difícil de se enfrentar com a aids é o estigma. Isso é o que menos temos conseguido mudar, justamente, por causa dessa realidade dentro do contexto de poder e opressão. Sem perceber isso, a gente não tem a possibilidade de tomar passos eficazes para enfrentar a doença.

O que mais impressiona sobre o estigma é que muitos pensavam que com o acesso aos medicamentos, e com o avanço do tratamento, o estigma iria desaparecer, mas isso não aconteceu. O estigma permanece até hoje, porque no caso da aids, diversos estigmas se cruzam e interagem, principalmente com o estigma da sexualidade não normativa (PARKER, 2019).

O homossexual, a prostituta, o promíscuo, qualquer coisa que não é normativa relacionado à sexualidade é acima de tudo simbolizado no ‘desvio’ pessoal da homossexualidade e do gênero não normativo, mas isso também se cruza com a questão de raça e com a associação que a epidemia tem em relação à pessoas negras, países de pessoas negras, assim como a desigualdade racial em lugares racistas no mundo inteiro. Cruza-se também com o estigma da pobreza, com o fato de que pessoas pobres são a grande maioria de pessoas afetadas pela epidemia, pois são pessoas excluídas economicamente. (PARKER, 2019, p. 10)

O estigma e a discriminação fazem com que as pessoas tenham medo de procurar por informações, serviços e métodos que reduzam o risco de infecção e de adotar comportamentos mais seguros, com receio de que sejam levantadas suspeitas em relação ao seu estado sorológico. Esse medo também pode estar relacionado com o medo da violência, e acaba desencorajando as pessoas que vivem com HIV a revelar sua sorologia até mesmo aos familiares, o que prejudica sua vontade de aderir ao tratamento.

As diversas formas de estigma e discriminação que afetam pessoas vivendo com HIV e vivendo com AIDS incluem, entre suas consequências mais frequentes, o assédio moral, a exclusão social, a agressão física e a perda do emprego—mesmo com o arcabouço legal já existente no país para proteger estas pessoas, reforçado pela lei 12.984/2014, que tornou crime punível com reclusão e multa atos de discriminação contra pessoas vivendo com HIV ou com AIDS. (UNAIDS, 2019).

A única maneira de se combater o estigma e a discriminação é desconstruindo paradigmas e preconceitos por meio da informação. Por isso se faz necessário a substituição da abordagem biomédica (testar e tratar), por uma pedagogia de prevenção, que informe às pessoas suas opções, e que ofereça a elas o poder de definir, planejar e controlar suas vidas.

### **3.2- A adolescência na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural**

As áreas do conhecimento que se dedicaram ao estudo da adolescência perpassam a antropologia, sociologia, psicologia, biologia entre outras. Trabalhamos aqui, a adolescência sob a perspectiva da psicologia histórico-cultural, teoria desenvolvida por Lev Semenovich Vygotsky (1896-1934), esta teoria tem como objetivo investigar de que forma acontecem as mudanças em nosso psiquismo ao longo do desenvolvimento e, em especial, como se

desenvolvem as funções psicológicas superiores, a partir das relações sociais. (MARTINS,2016).

Um primeiro ponto que julgamos importante destacar é o fato de que até o século XIX não existia uma definição de adolescência, nem mesmo uma distinção explícita entre infância e adolescência. De acordo com Pandita Pereira (2019), a adolescência como fenômeno social surge entre o século XIX e XX. Segundo a autora, até o século XVII, sujeitos de cinco ou sete anos participavam de todas as atividades específicas do mundo adulto. Isso vai mudando progressivamente, devido ao processo de escolarização e ao gradual afastamento das crianças do mundo do trabalho. Pandita Pereira (2019, p.4) se referenciou nos estudos de Bock (2007, p.41) que diz sobre isso:

A adolescência refere-se assim, a esse período de latência social constituída a partir da sociedade capitalista, gerada por questões de ingresso no mercado de trabalho e extensão do período escolar, da necessidade de preparo técnico. Essas questões sociais e históricas vão constituindo uma fase de afastamento do trabalho e o preparo para a vida adulta. As marcas do corpo, as possibilidades nas relações com os adultos, vão sendo pinçadas para a construção de significações.

Diante disso, é possível entender que à medida que a reorganização do mundo produtivo reconhece a adolescência como um período do desenvolvimento, ou seja, enquanto fenômeno social, as mudanças que ocorrem neste período passam a ser valoradas de maneira diferenciada. Conforme Pandita Pereira (2019) evidencia em seus estudos, este distanciamento da infância para a vida adulta corresponde a uma visão burguesa de sociedade, que se aplica apenas a uma fração privilegiada da população, ao passo que é ideologicamente apresentada como universal.

De acordo com Ricardo Eleutério dos Anjos e Newton Duarte (2016), a adolescência para a psicologia histórico-cultural não pode ser restrita a apenas um processo de mudanças biológicas ou naturais. Segundo os autores, a psicologia histórico-cultural considera a adolescência como fase do desenvolvimento psicológico e fenomenocultural, ou seja, tem sua origem na história das transformações pelas quais passaram as sociedades.

Os autores destacam que não se pode negar ou negligenciar as mudanças biológicas ocorridas na adolescência, ou em qualquer outra fase do desenvolvimento humano, pois, “a relação entre os aspectos

biológico e social no ser humano são de incorporação do primeiro pelo segundo, e não de separação ou eliminação entre ambos.” (ANJOS e DUARTE, 2016. p.4)

Conforme os autores supracitados, a chave para compreender o desenvolvimento psíquico do e da adolescente é a conversão da atração em interesses, de acordo com os autores, os interesses são produto da complexidade da atividade social, também chamados de necessidades superiores. Os interesses adquiridos na infância vão dando lugar a outros novos. Sobre isso os autores destacam:

Existem períodos de crise no desenvolvimento humano, e a perda de interesses que antes orientavam a atividade do indivíduo provoca a necessidade de uma viragem. As crises que o adolescente enfrenta marcam o surgimento de uma nova maneira de pensar, engendrada pela atividade-guia de estudo, qual seja: o pensamento por conceitos e a consequente estruturação da personalidade e concepção de mundo. (ANJOS e DUARTE, 2016, p.4)

Assim como na primeira infância e na infância, a atividade-guia na adolescência, segundo Anjos e Duarte (2016), também apresenta duas faces: comunicação íntima pessoal e atividade profissional/ estudo. Entretanto, na adolescência, identificar uma atividade-guia não é fácil, pelo fato de que a principal atividade do adolescente permanecer sendo o estudo escolar. E ressaltam:

Embora, como dito anteriormente, à primeira vista, não haja essencialmente diferenças com respeito às condições de vida da infância - pelo fato de continuar sendo um escolar e sua atividade-guia ser o estudo -, as condições pessoais de desenvolvimento do adolescente se diferenciam muito das do escolar primário (ANJOS e DUARTE, 2016, p. 5).

Conforme exposto anteriormente, uma das faces da atividade-guia na adolescência é a comunicação íntima e pessoal. Anjos e Duarte (2016) definem essa faceta como uma maneira que os e as adolescentes têm de reproduzir com outros e outras adolescentes, as relações existentes entre os adultos. Nesse sentido, o e a adolescente tende, em grande parte, a imitar as pessoas adultas, procurando parecer-se com elas em tudo, reproduzindo sua conduta, suas ações e maneira de se comportar.

Anjos e Duarte (2016) asseveram que a inter-relação entre o ser desenvolvido e o ser em formação é a força motriz básica do desenvolvimento cultural. E ainda destacam:

Essa interação do ser mais desenvolvido com o ser em desenvolvimento caracteriza-se pela transmissão pelo adulto, à criança, da cultura construída historicamente pelo conjunto dos homens, e tal processo (caracterizado pela relação dialética entre objetivação e apropriação), para a psicologia histórico-cultural, é fator determinante e principal para o desenvolvimento humano. (ANJOS e DUARTE, 2016, p.7)

Com base nessa premissa, podemos compreender que, nesse período histórico-social, o e a adolescente não são mais considerados e consideradas crianças, nem tampouco adultos ou adultas. De acordo com Anjos e Duarte (2016), trata-se de uma fase de transição, e tal afirmação pressupõe que exista (ou deveria existir) um ser mais desenvolvido que a pessoa adolescente, isto é: a pessoa adulta.

A segunda face da atividade-guia da adolescência, é denominada atividade de estudo, sobre esta face Anjos e Duarte (2016) dissertam:

A atividade de estudo na adolescência, de acordo com Elkonin (1960), é caracterizada pelo motivo fundamental de estudar para preparar-se para o futuro. O adolescente começa a descobrir o significado do conhecimento científico e, conseqüentemente, desenvolvem-se os chamados interesses cognoscitivos científicos (ANJOS e DUARTE, 2016, p.201).

Porém, como elucidam os autores, as disciplinas ministradas na escola tendem a ser valorizadas de acordo com a futura profissão que o e a adolescente pretende seguir. Para Anjos e Duarte (2016), o maior desafio da educação escolar é não limitar a formação do indivíduo a um processo de adaptação ao mercado de trabalho, ao passo que não podemos ignorar o fato de que vivemos em uma sociedade capitalista na qual boa parte da sociedade precisa vender sua força de trabalho para subsidiar sua existência. A sociedade capitalista dificulta para a maioria dos indivíduos o desenvolvimento consciente e livre, fazendo-nos conviver com um empobrecimento cada vez maior do indivíduo (LEAL e MASCAGNA, 2019).

Nesse sentido, cabe aqui destacar o desenvolvimento da pessoa adolescente na sociedade brasileira, tendo em vista que a adolescência brasileira é permeada por

desigualdades, - desigualdades de classe, raça e gênero, e que nos permite questionar sobre como tais desigualdades podem influenciar o processo de desenvolvimento na adolescência. Pandita Pereira (2019) denomina esses elementos de desigualdades estruturais.

De acordo com Pandita Pereira (2019), ao falar em períodos do desenvolvimento, seja na infância, adolescência ou fase adulta, assume-se que exista uma constância em processos e características que são partilhados por pessoas em determinada faixa etária. Segundo a autora, tais características são tomadas como naturais, o que leva a uma visão meramente biologizante dessa fase do desenvolvimento. Zaíra Leal e Gisele Cristina Mascagna (2016) concordam e ressaltam:

O predomínio da visão biologizante sobre esta fase de desenvolvimento leva à naturalização de comportamentos que, segundo a psicologia histórico-cultural, são constituídos em uma sociedade dada, situada historicamente. A adolescência e o comportamento dos jovens, ao serem vistos de forma naturalizada, tornam a adolescência estereotipada e naturalizam os atos executados pelos indivíduos nessa fase (LEAL e MASCAGNA, 2016, p.221).

Conforme Pandita Pereira (2019), concepções predominantemente naturalizantes da adolescência, que chegam até mesmo a patologizar esse período do desenvolvimento, são duramente criticadas pela psicologia histórico-cultural, isto porque o pressuposto central desta teoria é o de que a adolescência é um fenômeno produzido pela história das sociedades divididas em classes sociais. Ademais, segundo a autora, a psicologia histórico-cultural reconhece algumas regularidades no processo de desenvolvimento humano, as quais formam-se em uma dada situação social de desenvolvimento.

Pandita Pereira (2019) destaca que:

Para Vigotski (1996), na adolescência é que se possibilitaria o desenvolvimento do pensamento por conceitos, em que com base nos conceitos científicos o sujeito opera não só sobre o objeto, mas sobre o ato de pensar sobre o objeto, podendo compreender os nexos que se ocultam por trás da aparência externa dos fenômenos, conhecendo as complexas inter relações que explicam sua gênese (PANDITA PEREIRA, 2019, p. 11).

Destarte, é possível inferir que a adolescência na perspectiva da psicologia histórico-cultural não é entendida como um período de conflitos, mas sim, como um período de potencialidades, de consolidação de um sentido pessoal para a vida, um período em que diversas possibilidades se abrem, e que permite que os sujeitos atuem

de maneira efetiva em diferentes esferas da vida, transformando a realidade na qual vivem. Entretanto, faz-se necessário dizer que “o/a adolescente pode não chegar a este nível intelectual se as condições sociais, especialmente aquelas relacionadas à educação, não mostrarem favoráveis a este processo” (ANJOS e DUARTE, 2016, p. 212).

De acordo com Leal e Mascagna (2016), as circunstâncias sociais forçam o e a adolescente das classes populares a iniciarem a vida adulta muito antes que o e a adolescente das classes de maior poder aquisitivo. Para o e a adolescente pobre, trabalhar significa encontrar condições de subsistência, ao passo que o e a adolescente abastado só irá integrar o mercado de trabalho após a conclusão do ensino superior. Segundo as autoras, a inserção no mundo do trabalho, as reflexões sobre o futuro e escolha de uma profissão, constituem aspectos importantes na vida do e da adolescente que busca encontrar seu lugar no mundo. Sobre isso as autoras dissertam:

Esse não é um processo fácil, pois as condições de vida e as circunstâncias concretas de existência podem limitar as possibilidades do adolescente, que pode ser compelido a trilhar um determinado caminho sem chances de escolher. Mais uma vez, as condições postas por uma sociedade de classes, fundamentada em um modo capitalista de produção, tratará desse momento de maneiras diferentes, pois as classes mais abastadas possuem maiores possibilidades de realizar escolhas e segui-las (LEAL e MASCAGNA, 2016, p. 228).

Diante do exposto, é possível enxergar a escola como uma propulsora do desenvolvimento dos e das adolescentes. A escola tem como principal função a formação de cidadãos reflexivos e atuantes na sociedade. Para tanto, segundo Leal e Mascagna (2016), é necessária uma práxis educativa vinculada ao desenvolvimento real da sociedade, sem separar os seres humanos em esferas alheias e estranhas umas às outras (LEAL e MASCAGNA, 2016, p. 230).

Conforme explicitado anteriormente, na adolescência, a partir da formação de conceitos, o indivíduo torna-se capaz de compreender normas, regras e valores, que poderão constituir seus fundamentos, agregando-os à sua personalidade, permitindo a partir disso, formar suas próprias convicções e visão de mundo. Nessa perspectiva, segundo Leal e Mascagna (2019), o acesso a educação formal é condição primordial para a aquisição de instrumentos cognitivos que favoreçam a compreensão acerca da realidade e permitam que o indivíduo a transforme. Sobre isso as autoras destacam:

Quando falamos em educação escolar, não é de qualquer educação que estamos falando, mas daquela comprometida com a finalidade de

emancipação e humanização, que permita o desenvolvimento pleno dos indivíduos. [...] Para isso, essa educação deve impulsionar o desenvolvimento cognitivo que permita a compreensão da realidade e sua essência, favorecendo a inserção e atuação na mesma realidade. (LEAL e MASCAGNA, 2016, p.232)

Portanto, compreender a adolescência significa compreender a realidade social e a sociedade atual, em suas possibilidades e limites, e não apenas com base em características naturais e universais. Nesse sentido as autoras supracitadas reforçam:

O desenvolvimento na adolescência não é homogêneo e linear, mas depende de condições históricas e sociais determinadas, não se dando da mesma maneira para adolescentes pertencentes às camadas populares e adolescentes pertencentes às camadas privilegiadas da sociedade. (LEAL e MASCAGNA, 2016, p. 236)

Destarte, trata-se de realidades diferentes, que como exposto anteriormente, devem ser consideradas, o que corrobora com a necessidade de não se tratar a adolescência de maneira naturalizada e universalizada, mas de reconhecê-la como um processo atravessado pelas relações sociais, pela cultura e pela história.

No capítulo seguinte abordaremos sobre as diferentes realidades que permeiam a adolescência e juventude brasileira e como impactam na incidência do HIV e da aids.

### **3.3 - Interseccionalidade entre raça, gênero e classe na incidência do HIV/aids na adolescência e juventude brasileira.**

Conforme colocado por Pandita Pereira (2019) em análise dos pressupostos da psicologia histórico-cultural, é possível entender a adolescência como um período de potencialidades, de desenvolvimento pessoal, de construção de um sentido para a vida e de uma atuação mais independente que possibilite a transformação da realidade na qual o indivíduo está inserido. Este desenvolvimento é inerente às condições sociais em que o e a adolescente vive e é educado.

Neste sentido, correlacionando a análise feita por Pandita (2019) com a época atual, no contexto brasileiro, e observando as características e imposições para a adolescência e juventude, podemos inferir que correspondem a uma fase de transição de uma grande dependência para uma independência e maior participação nas decisões coletivas (PANDITA, 2019).

De acordo com a autora supracitada, o termo adolescência e juventude no Brasil muda conforme a época. Até a década de 1970 o termo mais utilizado era juventude, que denominava aqueles que cursavam o Ensino Médio ou superior. Já aqueles e aquelas que

não estavam em processo de escolarização, mas já estavam empregados e empregadas, não eram mais vistos e vistas como jovens. Além desses, haviam aqueles e aquelas que não frequentavam nem a escola, nem o mercado de trabalho e eram apontados e apontadas como pessoas marginalizadas. Diante disso a autora afirma:

Entendemos que, nesse período, a juventude não era entendida exclusivamente pelo recorte etário, mas sim pelo acesso à escolarização, ou não acesso ao emprego. O que marca duas vivências de juventude, a burguesa, que pode desfrutar do direito à escolarização e a postergação do ingresso no mercado de trabalho, e a da classe trabalhadora, cuja expectativa social não é da possibilidade de viver a juventude burguesa, mas sim, a de viver a vida adulta inserida no mundo produtivo (PANDITA, 2019, p.13).

Posteriormente, no contexto de redemocratização, surge uma necessidade de proteção daqueles e daquelas que não tinham seus direitos assegurados, e que mudou os rumos da política pública da infância e adolescência no Brasil, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que enfatiza o termo adolescência o qual passa a nomear sujeitos entre 12 e 18 anos de idade (PANDITA, 2019).

Ao constatar-se a limitação da proteção dos sujeitos apenas até os 18 anos de idade, retoma-se o termo juventude. Nesse momento é levada em consideração a dificuldade de inserção e permanência no emprego de pessoas entre 16 e 24 anos, o que, conseqüentemente, gera uma falta de planejamento da vida e a partir disso, um aumentada vulnerabilidade em envolver-se em situações de risco e violência (PANDITA, 2019).

Pandita (2019), destaca que, para além da proteção dos adolescentes e jovens, é preciso que se promova de fato uma vivência desse período, ou pelo menos daquilo que está garantido às classes mais abastadas como acesso à cultura, lazer e educação de qualidade. E ressalta:

Não temos no Brasil estudos de larga escala que apontem para regularidades no processo de desenvolvimento em geral e da personalidade em particular dos adolescentes e jovens. Temos, a partir das definições aqui colocadas, uma compreensão de que a adolescência e a juventude são marcadas, no contexto brasileiro, pela falta da garantia de direitos, que vulnerabiliza o processo de desenvolvimento dos sujeitos (PANDITA, 2019, p. 14).

Entende-se, a partir disso, que adolescência e juventude são situações sociais de desenvolvimento, o que segundo a autora, implica refletir sobre as condições de desigualdades em que estes sujeitos estão inseridos. Essas desigualdades são marcantes na sociedade brasileira, e reforçadas no atual contexto em que o neoliberalismo é tomado como

modelo econômico, no qual pessoas perdem direitos e algumas delas são consideradas dispensáveis.

Trata-se de um biopoder, que, análogo à teoria de Michel Foucault (1999), faz viver e deixa morrer. Ou seja, expõe à morte, subdividindo a sociedade em grupos e aprofundando o abismo existente entre eles. E, de acordo com Pandita (2019), esse abismo principia no próprio direito à vida, que é diferente para pessoas de raça, classe, gênero e identidade de gênero distintos.

No que se refere à população negra, para além das marcas do período de escravização e ausência de ações de reparação histórica, o racismo que estrutura nossa sociedade, indissociável da estrutura de classe, se expressa na violência que esta parcela da população vive cotidianamente (PANDITA, 2019, p. 15).

Nesse cenário insere-se o conceito de necropolítica o termo surge nos estudos do autor Achille Mbembe (1957) - historiador, teórico político e intelectual camaronês reconhecido como estudioso da escravidão, descolonização e negritude. Para o autor, necropolítica é o poder de determinar quem pode viver e quem deve morrer. Baseado no biopoder e em sua forma de controlar as populações, o “deixar morrer” se torna aceitável. Como Mbembe (2016) defende, a escravidão foi uma expressão necropolítica fundamentada pelo pensamento hegemônico eurocêntrico que negou por muitos anos às pessoas negras o status de seres humanos. Esse pensamento resultou em milhares de mortes e, mesmo que aparentemente “superado” pela humanidade devido à abolição da escravidão, ainda tem fortes reflexos. Encontramos, na atualidade, estratégias de captura, aprisionamento, exploração, dominação e extermínio do corpo negro que segue ainda a cartilha do colonialismo (WERMUTH, et al. 2020).

Sendo assim, as noções de necropolítica desenvolvidas pelo autor ajudam a compreender as formas pelos quais, no mundo contemporâneo, o Estado, por vezes, adota em sua estrutura a política da morte – o uso ilegítimo da força por meio de seu aparato policial ou a política de inimizade em relação aos determinados grupos – como um discurso necessário para a política de segurança da maioria. Sobre isso Wermuth e colaboradoras destacam:

[...] O legado do escravismo não foi a mestiçagem, foi antes, a consolidação de uma desigualdade social que se faz sentir seus efeitos até hoje. De fato, a escravidão nos moldou enquanto sociedade. Para além de um sistema econômico, ela foi responsável por formatar condutas, arquitetar espaços urbanos alicerçados na lógica da diferença/exclusão e definir, de modo muito contundente, desigualdades sociais (WERMUTH, et al. 2020, p. 8).

O extermínio da juventude negra é um dos indicadores de racismo mais gritantes do Brasil. Segundo mostra o IBGE, no país, 318 mil jovens foram assassinados e assassinadas entre 2005 e 2019. Apenas em 2015, 31.264 pessoas entre 15 e 29 anos foram vítimas de homicídio. Se aplicarmos recorte de raça e gênero, em uma década a taxa de homicídios de pessoas negras cresceu 18,2%, enquanto que a taxa caiu 12,2% em relação às pessoas não negras (IBGE, 2019). Esses e essas jovens não têm garantidos os direitos à vida e à cidadania. A morte deles e delas indicia um projeto do Estado.

Tendo estas constatações em vista, Pandita (2019) aponta que as assertivas da psicologia histórico-cultural sobre a juventude, sobretudo o anúncio da atividade profissional/estudo como atividade guia dos e das jovens devem ser analisadas a partir da realidade concreta da conjuntura social, econômica e política do Brasil. De acordo com a psicologia histórico-cultural, as condições objetivas de vida são fatores inerentes à inserção dos e das jovens na sociedade. Neste sentido, a autora faz uma reflexão sobre o processo de escolarização e a qualidade da educação a que jovens trabalhadores e trabalhadoras têm tido acesso. De acordo com a autora, embora o acesso à escola tenha aumentado, e as desigualdades de raça e classe – no que se refere à escolarização – tenham diminuído, permanece o obstáculo da distorção idade-série. Isso porque, as cobranças sociais típicas dessa faixa etária não recaem da mesma maneira para classes sociais, raça e sexo distintos (PANDITA,2019). Sobre isso a autora ressalta:

Na Psicologia Histórico-Cultural se entende que a qualidade e a forma pela qual os conhecimentos são transmitidos na escola impacta a formação da personalidade dos sujeitos, a sua possibilidade de apropriação do saber teórico e a formação de seus valores. No entanto, a educação para a juventude que tem sido proposta à classe trabalhadora vem sendo ainda mais precarizada, com flexibilização de trajetórias sem o devido investimento financeiro para que se concretizem, e um sistemático esvaziamento dos conteúdos, que na aparência se voltam a promover o acesso ao mercado de trabalho, mas em sua essência visam a propagação de valores da ideologia neoliberal meritocrática (PANDITA, 2019, p. 17).

A partir do exposto, fica evidente que para a classe pobre a responsabilização de prover economicamente a família, as condições precárias de estudo e trabalho, são uma realidade. Uma realidade ainda mais acentuada para jovens negros e negras. Acrescenta-se a isso, a carência de políticas públicas que atendam a esses e essas jovens, assegurando os direitos básicos de saneamento, educação, acesso a bens culturais e tempo livre, para que possam experimentar a sua juventude de forma plena.

A conjuntura apresentada, a qual escancara o impacto das desigualdades socioeconômicas do país para a vivência da juventude, também influencia na dinâmica da

epidemia da aids. De acordo com Fernando Seffner e Richard Parker (2016), observa-se aumento na incidência de casos na população de menor nível socioeconômico, e também uma mudança no perfil da epidemia, que vem crescendo de forma considerável entre as mulheres, mulheres heterossexuais monogâmicas que não têm comportamento sexual de risco. Ao contrário, encaixam-se no perfil supostamente tradicional e conservador do ponto de vista da moral sexual, oposto ao considerado “desviante” dos principais acometidos no início da epidemia. O que se verifica é que as vítimas atuais, em especial mulheres negras e pobres, vivem em contextos sociais em que vários fatores potencializam suas vulnerabilidades às DST/aids, entre eles a violência de gênero, a discriminação racial, a pobreza e a baixa escolaridade. Os indicadores de saúde da população negra são reveladores das desigualdades raciais e sociais.

De acordo com o Boletim Epidemiológico anual sobre HIV/Aids, de 2007 até junho de 2020, foram notificados no Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) 342.459 casos de infecção pelo HIV no Brasil. Estima-se que 920 mil pessoas vivem com HIV no Brasil. Estudos realizados a partir do boletim epidemiológico, apontam que um em cada cinco novos casos de HIV estão entre homens de 15 a 29 anos.

Com relação à raça/cor autodeclarada, observa-se que, entre os casos registrados no Sinan no período de 2007 a junho de 2020, 40,1% ocorreram entre pessoas brancas e 50,7% entre pessoas negras. No sexo masculino, 41,7% dos casos ocorreram entre brancos e 49,2% entre negros (pretos, 9,8% e pardos, 39,4%); entre as mulheres, 36,6% dos casos se deram entre brancas e 54,3% entre negras (pretas, 12,9% e pardas, 41,4%). Entre os homens, verificou-se que 51,6% dos casos foram decorrentes de exposição homossexual ou bissexual e 31,3% heterossexual, e 1,9% se deram entre usuários de drogas injetáveis (UDI). Entre as mulheres, nota-se que 86,6% dos casos se inserem na categoria de exposição heterossexual e 1,3% na de UDI. (Brasil, 2020).

Ainda conforme o boletim epidemiológico de 2020, a taxa de mortalidade por Aids, no geral, registrou queda: índice de 17,1% nos últimos cinco anos. Apesar disso, chegou a 10.565 o número de pessoas que morreram em decorrência da doença no ano passado, no Brasil. No recorte racial, as mortes notificadas no ano de 2019 atingem majoritariamente pessoas negras: 61,7%, (47,2% pardos e 14,5% pretos), com 37,7% de mortes entre brancos, 0,3% entre amarelos e 0,3% entre indígenas. As mais afetadas, entretanto, são as mulheres negras: 62,1% morreram, ao passo que, entre homens negros, o índice ficou em 61,4%.

Na comparação entre os anos de 2009 e 2019, verificou-se queda de 21% na proporção de óbitos de pessoas brancas e aumento de 19,3% na proporção de óbitos de

pessoas negras, conclui o boletim. (BRASIL, 2020).

A análise desses dados nos leva a pensar na desinformação e na escassez de divulgação acerca desse tema. Sandra Garcia (2010) realizou um estudo sobre as vulnerabilidades do HIV/aids e constatou que o pouco conhecimento sobre as IST e o vírus do HIV está presente inclusive entre estudantes da área de saúde. De acordo com a autora, relatos ressaltam formas incorretas de compreensão sobre a transmissão e as campanhas não têm sido eficientes, deixando muitas dúvidas. Sobre isso destaca:

Essa desinformação e/ou disseminação de informação incorreta está provavelmente associada a uma falha das campanhas e a linguagem utilizada nelas. Para a maior parte deles (entrevistados), a sazonalidade das campanhas preventivas nos meios de comunicação de massa prejudicou o processo educativo. Além da deficiência das campanhas governamentais anti- -HIV, os programas de saúde não incluem a prevenção às DST/aids em suas agendas de atendimento, pois se restringem ao pré-natal, prevenção e acompanhamento de câncer de mama e do útero. (GARCIA, 2010, p.13)

Destarte, é urgente que se invista em ações informativas contínuas, não apenas em datas específicas como o carnaval. E para além disso, é importante promover ações que atuem no combate ao preconceito contra pessoas que vivem com HIV. Paradoxalmente, entretanto, assistimos a um retrocesso no que diz respeito à educação sobre o vírus. As campanhas públicas pelos meios de comunicação de massa desapareceram, e a educação sexual nas escolas enfrenta barreiras impostas pelo movimento conservador.

### **3.4- Educação Sexual e as barreiras impostas pelo neoconservadorismo**

Após o período de redemocratização, e com a promulgação da Constituição Federal de 1988, questões de cidadania e direitos passaram a fazer parte das discussões políticas e sociais. E entre elas, a temática da Educação Sexual foi intensificada, tendo como marcadores as questões relacionadas a gênero e sexualidade. Isso porque as décadas de 1980 e 1990 foram caracterizadas por mudanças radicais motivadas pelo crescimento dos movimentos sociais e desenvolvimento de políticas públicas alinhadas aos direitos humanos. Os movimentos feministas tiveram ampla repercussão em virtude de inúmeras manifestações e articulações que promoviam a conscientização popular acerca das desigualdades e violências de gênero (SEFFNER, 2017).

Entretanto, após as eleições de 2014, formou-se o congresso mais conservador eleito desde a redemocratização. Com isso, o atual contexto político brasileiro tem sido âmbito do

avanço das ideias conservadoras e tais posicionamentos têm desmontado direitos conquistados pelas lutas coletivas, atacando lugares ocupados no que diz respeito à igualdade de gênero e à luta contra a homofobia, impedindo possíveis progressos e impossibilitando que melhorias sejam alcançadas (MONTEIRO e RIBEIRO, 2020).

Um dos campos que mais vivencia as consequências disso é a educação. Ao afirmar que “menino veste azul, menina veste rosa<sup>3</sup>” a Ministra Damares Alves sintetizou o que segundo ela seria uma “nova era” que ingressamos no Brasil. A ministra pode ser considerada figura fundamental nessa nova ordem, que tem como objetivo agir sobre três eixos: ataques à chamada “ideologia de gênero” nas escolas, a criminalização dos considerados “professores doutrinadores” e a defesa do “homeschooling”. As declarações da Ministra Damares têm reflexo na vida do menino que usa cor de rosa e sofre *bullying*, da menina trans que não consegue ir à escola, e das mulheres que sofrem violência doméstica. Isso não é diversionismo. Isso é o efeito concreto da ideologia na vida das pessoas.

Fernanda Pereira Moura e Amanda André Mendonça (2019) destacam:

O cenário em que esses três eixos se apresentam, de forma alinhada e como parte de um mesmo projeto, configuram o que consideramos como uma das formas de privatismo da educação pública, qual seja a que se relaciona com a atuação de segmentos religiosos que tentam utilizar a atuação nos espaços públicos e de poder em prol de benefícios para suas denominações religiosas ou para impor seus dogmas e orientações via educação. Trabalhamos, portanto, com a ideia de que uma das formas do Estado brasileiro promover a privatização de nossa educação se dá por meio da relação com instituições religiosas. Importante que se diga que, em geral, esse processo se constitui através de uma agenda que unifica diferentes agentes e instituições. (MOURA e MENDONÇA, 2019, p.6)

Além disso, presenciamos discursos em que a desigualdade é exaltada como consequência da “meritocracia”, e que legitimam a velha ideia de que direitos humanos concedem uma proteção indevida, ou seja, protegem pessoas que não merecem proteção. Essas vozes abertamente conservadoras têm ecoado com maior força desde o golpe parlamentar de 2016, de modo que o fundamentalismo religioso tornou-se uma força política no Brasil. Sobre isso Miguel (2016) ressalta:

O fundamentalismo se define pela percepção de que há uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate. Ativos na oposição ao direito ao aborto, a compreensões inclusivas da entidade familiar e a políticas de combate à homofobia, entre outros temas, os parlamentares fundamentalistas se aliam a diferentes forças conservadoras no Congresso, como os latifundiários e os defensores dos armamentos, numa ação conjunta que fortalece a todos. (MIGUEL, 2016, p. 593)

---

<sup>3</sup> Ministra Damares diz que nova era começou (<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damores-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa>)

Somado a tudo isso, ressurgiu o anticomunismo, que aponta o Partido dos Trabalhadores (PT) como a encarnação do comunismo no país, o que segundo Miguel (2016 p.594) acaba “gerando uma notável sobreposição entre anticomunismo e antipetismo” Esse antipetismo foi alavancado pela mídia tradicional e pelas redes sociais em que escritores como Olavo de Carvalho são a voz pública dessa posição.

Ainda segundo Miguel (2016), o fortalecimento do discurso conservador deu visibilidade a um projeto que acusa as escolas de “doutrinação ideológica”, e propõe o silenciamento de professores e professoras que expressem em sala de aula opiniões consideradas inapropriadas. Trata-se do Movimento Escola Sem Partido (MESP), uma organização conjunta de pais e estudantes que se dizem preocupados com a influência ideológica nas escolas. A pauta defendida pelo MESP difundiu-se rapidamente, com acolhimento popular, motivando campanhas que incitavam famílias a notificarem extrajudicialmente as escolas acerca da prevalência de seus valores na educação de seus filhos (MIGUEL, 2016). O movimento ganhou maior proporção quando inseriu em seu projeto outra faceta da agenda conservadora: a chamada “ideologia de gênero”. De acordo com o autor, “Antes, a ideia de uma “Escola Sem Partido” focava, sobretudo, no temor da “doutrinação marxista”, algo que estava presente desde o período da ditadura militar. A preocupação com as discussões sobre papéis de gênero e sexualidade cresceu após iniciativas de enfrentamento à homofobia e ao sexismo nas escolas.

De acordo com Paulo Rennes Marçal Monteiro e Solange Aparecida Ribeiro (2020),

A escola sofre, enquanto espaço influenciado pela política e pela sociedade, os reveses educacionais proporcionados pela visão restrita, preconceituosa e ideológica que pulula em uma sociedade que se submete à ignorância” (MONTEIRO E RIBEIRO, 2020, p.3).

Ou seja, uma sociedade arraigada no conservadorismo e nos valores religiosos, refuta e reprova que se discuta sobre gênero, sexo e sexualidade na escola. Os opositores e as opositoras da educação sexual se baseiam no argumento de que o papel da escola é focar no ensino dos conteúdos considerados clássicos. O próprio presidente Jair Bolsonaro já afirmou, em diversas ocasiões, ser contra a abordagem da sexualidade nas instituições de ensino. "Quem ensina sexo para a criança é o papai e a mamãe. Escola é lugar de aprender

física, matemática, química"<sup>4</sup>, disse em novembro de 2018.

Por outro lado, defensores e defensoras dessa temática entendem que a escola tem um papel amplo na formação de cidadãos e cidadãs. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, define em seu Artigo 2º que a educação deve se vincular ao mundo do trabalho e à prática social, tendo por finalidade "o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania". (BRASIL,1996.) Já os Parâmetros Curriculares Nacionais preveem a educação sexual nas escolas desde 1997. De acordo com o documento, essa temática deve ser trabalhada em várias disciplinas na educação básica e é apontada como ferramenta na prevenção de problemas como gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis, violência contra mulher e homofobia. (BRASIL,1997). Os PCN se configuram no primeiro documento que legitima a prática da Educação Sexual na escola. Desde a publicação dos Parâmetros (PCN) ocorreram mudanças expressivas e ampliação da discussão sobre sexualidade, igualdade de gênero e combate à homofobia (MONTEIRO e RIBEIRO, 2020).

Monteiro e Ribeiro (2020) explicam que a escola se constitui como âmbito de privilégio para a preparação dos sujeitos e que é nesse espaço que diversas experiências e sexualidades coexistem. Entretanto, após a pressão de movimentos conservadores e religiosos, incluindo a bancada evangélica no Congresso, o governo Michel Temer retirou em 2017 menções a gênero e sexualidade da Base Nacional Comum Curricular. A BNCC é o novo documento normativo da Educação. Esse documento define o conjunto de aprendizagens que todos e todas as estudantes devem desenvolver ao longo da educação básica. Inclusive com diretrizes relacionadas à sexualidade e ao gênero. Segundo Miguel (2016, p. 607), ao retirar os termos gênero e sexualidade do documento, dificulta-se que “vastos setores do conhecimento produzido na sociologia e na psicologia cheguem ao ensino”, impossibilitando, assim, o combate às violências de gênero dentro e fora das instituições de ensino. Esse cenário culmina na naturalização da intolerância, do preconceito e da violência, os quais, no mais das vezes, resultam no feminicídio e no assassinato de pessoas LGBTQIA+.

Destarte, enquanto em 1997 a educação brasileira vislumbrava chances de se trabalhar questões relacionadas a gênero e sexualidade, vinte anos depois o cenário é outro, a abordagem de tais temáticas nas escolas têm sido alvo de ataques e a educação sofre retrocessos. Para além disso, o combate a essas abordagens ganhou relevância após o

---

<sup>4</sup> Fim da educação sexual nas escolas (<https://www.brasil247.com/brasil/fim-de-educacao-sexual-nas-escolas-pode-provocar-onda-de-violencia>)

ingresso de projetos de lei. De acordo com Miguel (2016, p. 604) “há sete projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que têm como alvo a 'doutrinação' ou a 'ideologia de gênero' nas escolas, todos de iniciativa bastante recente”. São projetos de criminalização da docência - que para nós, enquanto educadoras e educadores, representa em seu sentido mais profundo a negação do pensamento crítico. Para o autor,

Fica claro, portanto, que o projeto Escola Sem Partido é animado por um sentimento de hostilidade aos professores e indica um caminho de criminalização da docência. Num país em que professoras e professores sofrem com a baixa valorização de sua profissão, sinalizada por baixos salários e baixo prestígio social, o MESP quer que eles sejam vistos como corruptores em potencial, que devem ser permanentemente vigiados, controlados, punidos. (MIGUEL, 2016, p. 615)

Observar tais fatos nos leva a refletir sobre o peso da narrativa da “ideologia de gênero”, sobre o Movimento Escola Sem Partido e os impactos que essas abordagens têm causado na sociedade brasileira. Para além de um discurso que tem sido considerado acertado, causando identificação e mobilização de parte da população, a retórica "anti gênero" tem tido o efeito influenciador e regulador das políticas educacionais que, dentre muitos efeitos, podem interferir na liberdade de Cátedra, e na autonomia docente. Segundo Miguel (2016):

A descaracterização grotesca do que é a discussão sobre gênero é apenas uma faceta do discurso da bancada conservadora. A outra faceta é a construção de um amálgama em que família, natureza e “criação” (divina) se completam: “O ser humano, quando nasce, não nasce um ser amorfo: ou nasce homem ou nasce mulher” (Pastor Marcos Feliciano, PSC-SP, sessão de 2/3/2016). (MIGUEL, 2016, p. 613)

Sendo assim, diante de todo exposto, consideramos necessário reconhecer a Educação Sexual como saber indispensável que quebre paradigmas e rompa com preconceitos e ideias repressoras que reverberam em nossa sociedade ao longo da história.

Pois,

A noção de que os papéis estereotipados de meninas e meninos, mulheres e homens, são naturais e obrigatórios leva, como consequência necessária, a reforçar as barreiras que isolam mulheres de determinados espaços sociais, a estigmatizar determinados comportamentos, a marcar como desviantes aqueles que não seguem a regra (MIGUEL, 2016, p. 615).

Portanto, uma “escola sem partido”, é uma escola que se posiciona a favor da injustiça, da desigualdade e da opressão. Além disso, conforme afirma Pandita (2019), as

crises econômicas, políticas, sociais e culturais têm efeitos distintos em diferentes setores sociais. Assim, não se pode negligenciar o fato de que o avanço da aliança neoconservadora na sociedade é recebido de forma diferente e mais intensa para mulheres não privilegiadas por suas posições de raça, classe e sexualidade. Esse consiste em um recorte necessário a ser discutido, no intuito de interromper o avanço neoconservador que vem sendo observado no contexto educacional brasileiro.

Precisamos continuar lutando por uma escola que promova os valores básicos que permitam a própria existência de uma ordem democrática. Esses valores incluem o respeito às pessoas, a igualdade e o pluralismo. Como afirma Miguel (2016, p.618): “Não é possível pensar em construir uma sociedade justa sem ter, como prioridade, o combate à misoginia e à homofobia”. E, uma sociedade justa e igualitária só se constrói com educação de qualidade, com uma educação libertadora.

#### **4- METODOLOGIA**

A presente pesquisa pautou-se em uma abordagem qualitativa que, de acordo com Cleber Prodanov e Ernani Freitas (2013), busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano. Os autores ressaltam que a pesquisa qualitativa observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los e procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com o meio, sua natureza e características. Quanto aos procedimentos técnicos, utilizou-se pesquisa bibliográfica e documental as quais baseiam-se em materiais já publicados e cujo objetivo é colocar o pesquisador e a pesquisadora em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa (PRODANOV e FREITAS, 2013).

Destarte, a investigação foi conduzida por meio do levantamento de materiais publicados nos últimos cinco anos (2016-2020), com o propósito de investigar o modo como a temática HIV/aids tem sido abordada nas escolas entre os e as adolescentes. Para a concretização deste estudo, realizamos pesquisas em artigos cadastrados em bancos de dados e indexadores nacionais e internacionais - Portal da Capes, PsycINFO, o LILACS, o Index-Psi (BVS-PSI), Scielo e BDTD - referentes a medidas educativas voltadas para a informação, prevenção e tratamento do HIV em escolas de educação básica tendo em vista a população adolescente.

As palavras-chave utilizadas na pesquisa foram: educação; HIV/aids; prevenção; adolescência; e educação básica. Para o refinamento dos resultados, utilizou-se como

critério o ano de publicação, - observando o período de cinco anos (2016-2020) - e a abordagem sobre prevenção do vírus HIV nas escolas de educação básica destinando-se ao público adolescente. A partir da leitura dos resumos foram selecionados cinco pesquisas.

#### **5- HIV/aids, Educação e adolescência. De que forma tem acontecido essa relação?**

Conforme aponta a Tabela 1, buscando por meio dos descritores: “educação, HIV/aids; Prevenção; adolescência” na base de dados do Portal da Capes, encontramos 57 arquivos, destes, apenas dois se encaixaram na proposta da presente pesquisa. A exclusão dos demais artigos se deu primeiramente ao considerar o período mínimo de publicação (2016), depois, a faixa etária selecionada na presente pesquisa, no caso, a adolescência. Para além desses fatores, outros dois implicaram na exclusão: abordagem de adolescentes que já vivem com o vírus - visto que o objetivo desta pesquisa é a prevenção - e o idioma, encontramos no Portal, diversos artigos em outras línguas como espanhol e inglês, considerando que não temos domínio destes idiomas, optamos por não incluir estes trabalhos nos resultados. Além dos fatores acima mencionados, alguns artigos também se repetiam nas demais base de dados, o que consequentemente os excluíram dos resultados.

Na base Scielo foram encontrados seis artigos, dos quais um foi selecionado, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) encontramos três teses, entretanto, nenhuma foi selecionada, pois o ano de publicação excedia o período mínimo de cinco anos. Por fim, ao empregar as mesmas palavras-chave no Portal Regional da BVS, foram encontrados cinco artigos, dos quais dois foram selecionados. Os critérios utilizados para refinamento dos resultados foram, ano de publicação e abordagem da prevenção do vírus HIV nas escolas de educação básica tendo em vista o público adolescente.

Ao todo, o número de materiais selecionados e analisados foram cinco. Abaixo, na Tabela 2 encontra-se a relação dos arquivos selecionados.

Tabela 1 – Registros obtidos e selecionados nas bases de dados.

<b>Base de dados</b>	<b>Portal da Capes</b>	<b>SciELO</b>	<b>Lilacs</b>	<b>BDTD</b>	<b>Index-Psi (BVS-PSI)</b>	<b>Portal Regional da BVS</b>
<b>Levantamento inicial/resultados</b>	57	6	0	3	0	5
<b>Refinamento</b>	2	1	0	0	0	2
<b>Selecionados para o trabalho</b>	2	1	0	0	0	2

Legenda: Ao todo, o número de materiais selecionados para o trabalho foram cinco. Fonte: Da autora (2021).

Tabela 2- Materiais analisados

<b>ANO</b>	<b>AUTOR (A)</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>BASES DE DADOS</b>
2016	Sandro Rodrigues Rolim; Cláudia Rosana Zaccani Bielenki; Jorge Umberto Béria; Lígia Braun Schermann, Ana Maria Pujol Vieira dos Santos	Conhecimento e Acesso aos programas de educação sexual e prevenção da Aids: Um estudo com adolescentes escolares	Portal Regional da BVS
2016	José Antonio Novaes; Karina Maria de Souza Soares; Sonia Cristina da Nóbrega C.C. dos Santos	Práxis Pedagógica em tempos de HIV/aids	Portal da CAPES
2017	Lígia Fernandes Scopacasa	Adolescência: Conhecimentos sobre prevenção de IST/HIV/aids x Letramento em saúde	Portal Regional da BVS
2019	Paulo Rennes Marçal Ribeiro; Solange Aparecida de Souza Monteiro	Avanços e Retrocessos da educação sexual no Brasil. Apontamentos a partir da eleição presidencial de 2018	Portal da CAPES
2019	Raissa Silva de Melo Monteiro; Alexandra Rodrigues Feijão; Vanessa Pinheiro Barreto; Bárbara Coeli Oliveira da Silva; Klebia Karoline dos Santos Neto;	Ações educativas sobre prevenção de HIV/AIDS entre adolescentes em escolas	SciELO

Fonte: Da autora (2021)

A seguir, será apresentada uma síntese dos trabalhos selecionados. Paulo Rennes Marçal Ribeiro e Solange Aparecida de Souza Monteiro (2019) realizaram uma pesquisa que analisa os avanços e retrocessos da Educação Sexual no Brasil. O objetivo do artigo foi colocar em pauta os desafios enfrentados perante o avanço do discurso conservador. O artigo faz parte do dossiê “Sexualidade, gênero e educação sexual em debate” e contextualiza a trajetória e consolidação dos estudos e pesquisas desenvolvidas na UNESP Araraquara no que diz respeito à temática de gênero e educação sexual, enfatizando a relevância das discussões e a necessidade de manter esta temática como campo de conhecimento e pesquisa em desenvolvimento. Os resultados da pesquisa apontam principalmente a partir 2015, um silenciamento sobre o HIV/aids, um relaxamento por parte do governo federal que se baseia no discurso conservador e no fundamentalismo cristão, culminando no biopoder e suas formas de controlar a população, reduzindo campanhas de prevenção ao HIV, ameaçando direitos conquistados, e aprofundando o abismo existente entre as camadas sociais (RIBEIRO e MONTEIRO, 2019).

Sandro Rodrigues Rolim (et al, 2016) realizaram um estudo cujo objetivo era analisar o conhecimento e o acesso aos programas de educação sexual e prevenção ao HIV/aids de adolescentes matriculados na rede pública de ensino. Para a consolidação do estudo, utilizou-se de um questionário auto aplicado. Foram avaliados 1190 adolescentes entre 12 e 19 anos, e os dados obtidos foram analisados por meio de estatística descritiva e inferencial. Conforme exposto nos estudos de Rolim (et al, 2016), a grande maioria dos adolescentes desconhece os programas de educação sexual e prevenção à aids. Nesse sentido, a escola se configuraria como âmbito favorável para a promoção do conhecimento, e prevenção ao vírus do HIV e outras IST 's. Além disso, segundo a pesquisa, a realização de oficinas para conscientização de estudantes pode ser considerada uma estratégia positiva, pois estimula as e os adolescentes a se tornarem multiplicadores de informação, uma vez que nessa fase da vida o indivíduo busca fora de casa outras referências para se formar como sujeito.

Lígia Scopacasa (2017) discorre em sua tese sobre a necessidade de se elaborar estratégias educativas com o público adolescente no intuito de contribuir para a mudança de comportamento. Para realização de sua pesquisa, a autora utilizou do questionário S-TOFHLA aplicado com adolescentes escolares, cujo objetivo foi analisar o conhecimento destes e destas adolescentes em relação à prevenção de IST/HIV/aids. 408 adolescentes responderam ao questionário, e os resultados apontaram que este grupo tem conhecimento fraco a moderado sobre IST/HIV/aids e contracepção.

Além disso, os resultados demonstraram que a falta de conhecimento desse grupo etário sobre essa temática é um fator que o coloca em situação de vulnerabilidade.

A pesquisa realizada por José Antonio Novaes (et al, 2016), buscou compreender como docentes têm trabalhado a temática da sexualidade em tempos de HIV/aids, a fim de construir uma prática que colabore com a prevenção e conscientização de adolescentes. Para tanto, utilizou-se de entrevista semiestruturada para coleta dos dados apresentados na pesquisa. Como resultados, o autor e as autoras observaram que o discurso biológico tem sido a base das discussões acerca da temática, o que consequentemente dificulta a compreensão da sexualidade como uma construção plural e ampla, não se tratando apenas de uma questão biológica, mas também social e política.

Ainda de acordo com Novaes (et al, 2016), paralelamente, apesar de os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) trazerem o conteúdo sobre sexualidade na esfera da transversalidade e para todas as etapas da educação básica, o que se observa é que a discussão acerca de temas como gênero e sexualidade no âmbito escolar, tem enfrentado barreiras e segue um percurso de lutas para a efetivação da temática no currículo. Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), - novo documento que direciona a elaboração do currículo e práticas pedagógicas -, suprimiu as palavras “identidade de gênero” e “orientação sexual”, silenciando a discussão acerca destas temáticas e reduzindo a sexualidade a uma dimensão biológica. Somado a isso, professoras e professores têm sofrido coerções por parte dos grupos conservadores, se sentindo acudados e acudadas e sem respaldo para tratar da temática (NOVAES et al, 2016). Diante disso, nos deparamos com a falta de informação, que culmina em um aumento dos casos de novas infecções.

Monteiro (et al, 2019) através de revisão de literatura científica, examinou o impacto das ações educativas de prevenção ao HIV/aids e outras ISTs em adolescentes. As autoras e autores analisaram 20 artigos, e constataram que a escola como âmbito principal das ações de prevenção gera resultados positivos. Ademais, a análise aponta que a utilização de metodologias ativas, principalmente a educação por pares, possibilita a quebra de paradigmas e preconceitos, além de facilitar a aprendizagem.

Diante de todo exposto, um primeiro ponto a ser destacado é a escassez de pesquisas que abordem a prevenção do vírus HIV e da aids entre adolescentes. Se considerarmos o tempo delimitado na pesquisa (2016-2020) podemos relacionar essa escassez com a crescente onda do neoconservadorismo que têm assolado nosso país nos últimos anos. Conforme já apontado, após as eleições de 2014, formou-se o congresso mais conservador eleito desde a redemocratização brasileira, representado pelos setores militares, evangélicos,

ruralistas, (MONTEIRO e RIBEIRO, 2020).

O projeto neoconservador brasileiro é uma ponte para o passado. Desde 2018, temos vivenciado diversos retrocessos. São tempos sombrios regidos por um governo intolerante que, sob a prerrogativa da moralidade reprodutiva e matrimonial da família heterossexual, tem levado a retrocessos no âmbito dos direitos e políticas públicas, da conformação dos conteúdos curriculares voltados para a educação para a diversidade, da naturalização das desigualdades e da proteção da integridade física de mulheres e pessoas LGBTQI. Um governo que tem a ciência e a educação como alvo de seus ataques, que não investe em saúde, desmonta os direitos mais elementares, ataca os avanços alcançados coletivamente no que diz respeito à igualdade de gênero e à luta contra a LGBTQIfobia, destrói o meio ambiente, negligencia uma pandemia<sup>5</sup>, acoberta um esquema de corrupção na compra de vacinas e naturaliza mais de 600 mil vidas perdidas.

E, como se todo o retrocesso elencado acima não fosse suficiente, o governo federal dissemina falsas informações, contribuindo para o fortalecimento de preconceitos e estigmas. Na última live semanal que aconteceu no dia 21 de outubro de 2021, o presidente Jair Bolsonaro disse que “Os vacinados contra a covid estão desenvolvendo aids”. Essa informação é, além de falsa, desrespeitosa. O desmonte das políticas públicas e a desinformação sobre o vírus HIV e sobre a aids, promovidos pelo atual governo, vai da estrutura ao nome: o Departamento de Aids passou a ser Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Bolsonaro está acabando com uma política de referência internacional em saúde pública que foi construída ao longo dos últimos 20 anos. Uma das provas disso foi o desmonte do programa que tratava HIV/Aids no Ministério da Saúde (ABIA, 2019). As pessoas que vivem com HIV já sofrem demais com o estigma e com o preconceito, lutam para viver com dignidade e para serem respeitadas.

Tendo esse cenário em vista, podemos afirmar que os impactos do neoconservadorismo sobre as políticas públicas voltadas para a prevenção do HIV/aids já podem ser identificados tanto na escassez das pesquisas científicas sobre o tema como na falta de informação sobre o tema entre as e os adolescentes, conforme observado nos resultados das pesquisas analisadas no presente trabalho. Ademais, os impactos também são observados entre o corpo docente das instituições de ensino, o qual não se sente seguro em trabalhar a temática em sala de aula dado o clima de perseguição e coerção instaurado pelo

---

<sup>5</sup> Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia (<http://covid.saude.gov.br>)

Governo Federal e seus apoiadores.

Outro ponto que cabe salientar, é que ao analisar os materiais encontrados na base de dados foi possível constatar que a abordagem biomédica (testar e tratar) tem sido predominante no que diz respeito à informação sobre HIV/aids. Nenhum dos artigos trata sobre o estigma e/ou sobre os preconceitos que permeiam essa temática, nem abordam a importância da educação sexual nas escolas para a desnaturalização das opressões e violências. Além disso, observou-se que o aumento de novas infecções entre jovens e adolescentes está intrinsecamente ligado ao baixo investimento em ações de prevenção (GARCIA, 2010).

Ademais, as pesquisas selecionadas tratam da adolescência sob uma perspectiva naturalizante, colocando a sexualidade e o desenvolvimento dos indivíduos como simples fator biológico, indo na contramão dos pressupostos da psicologia histórico-cultural apresentados na fundamentação teórica do presente trabalho, que compreendem a adolescência como fase do desenvolvimento psicológico e fenômeno cultural, ou seja, um período do desenvolvimento dos indivíduos que se constitui da combinação de determinantes históricos, psíquicos, biológicos e culturais. A adolescente e o adolescente são sujeitos sociais e históricos, que avançam no seu desenvolvimento à medida que se inserem e se apropriam da cultura sistematizada, e, por meio das interposições educativas, vivenciam sua trajetória de transição, marcada por profundas mudanças internas e externas, que configuram um sistema mais amplo de desenvolvimento da subjetividade.

Portanto, a adolescência se configura em uma fase de transição que implica novas responsabilidades e participação ativa nas decisões coletivas. Contudo, o distanciamento da infância para a vida adulta corresponde a uma visão burguesa de sociedade, que se aplica apenas a uma fração privilegiada da população, ao passo que é ideologicamente apresentada como universal (PANDITA PEREIRA, 2019).

Nesse sentido, tendo em vista que a adolescência brasileira é permeada por desigualdades - desigualdades de classe, raça e gênero - as quais têm sido agravadas no atual contexto em que o neoliberalismo é tomado como modelo econômico -, podemos constatar que a conjuntura socioeconômica vigente influencia e potencializa a vulnerabilidade à infecção por HIV e aids. Contudo, nenhuma das pesquisas analisadas no presente trabalho abordaram as desigualdades que atravessam as vivências da adolescência no Brasil ou os impactos discrepantes da falta de políticas de prevenção do HIV e aids tendo em vista os recortes de gênero, raça e classe.

Dessa forma, são necessárias ações consistentes para que adolescentes se tornem o foco das ações educativas sobre HIV/aids, e uma das principais prioridades das políticas

públicas voltadas para essa temática. Para além disso, a discussão e o enfrentamento às IST devem acontecer nas escolas para além da abordagem biomédica. Para tanto, é necessário que a professora e o professor tenham um olhar sensível no sentido de combater e desnaturalizar os preconceitos e estereótipos, e o respaldo que garanta a liberdade e a autonomia do trabalho docente na sala de aula. Nesse sentido, faz-se necessário pensar em programas de formação continuada que ofereçam embasamento teórico e didático para a temática da educação sexual em uma perspectiva histórica, cultural e emancipadora, bem como o enfrentamento às intervenções do neoconservadorismo nos conteúdos curriculares.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tendo em vista o objetivo desta pesquisa, qual seja, analisar como as pesquisas científicas tem abordado o papel das escolas na conscientização e prevenção sobre HIV/aids entre adolescentes, podemos concluir que, no que diz respeito às ações educativas de prevenção, ainda temos muito a avançar. Os estudos analisados apontam que o público adolescente desconhece a temática HIV/aids. Ademais, foi possível constatar que o discurso biológico tem sido a base das discussões acerca da temática, de modo que nas escolas não se prioriza o debate sobre os estigmas e/ou preconceitos que permeiam essa discussão. Sendo assim, é urgente que se pense em ações educativas que tratem a doença não apenas sob o ponto de vista biomédico (testar e tratar), mas que se voltem para a superação do estigma e da discriminação.

Além disso, nos estudos analisados, a adolescência é compreendida sob uma perspectiva naturalizante, o que consequentemente dificulta a compreensão da sexualidade como uma construção plural e ampla, não se tratando apenas de uma questão biológica, mas também social e política. Nesse sentido, é fundamental que se ampliem as pesquisas sobre adolescência para além da perspectiva biologizante, para que as políticas públicas sejam planejadas tendo em vista a mitigação das desigualdades que atravessam as múltiplas adolescências postas na sociedade de classes, e respeitem as construções históricas que estão envolvidas no desenvolvimento dessa fase da vida.

Por fim, constata-se a necessidade de se enxergar a escola como espaço de resistência aos retrocessos, de desnaturalização das opressões, estigmas e violências e como propulsora do desenvolvimento dos e das adolescentes em suas múltiplas determinações. A prevenção e conscientização acerca do HIV/aids perpassa a luta contra as intervenções do neoconservadorismo na educação - o qual propaga a desinformação e a naturalização do estigma e da violência, deixando adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade -, e em defesa das instituições de ensino como espaços de mediação entre os indivíduos e o

conhecimento essencial para a compreensão crítica da realidade, processo que constitui a formação e a transformação integral dos sujeitos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANJOS, Eleutério Ricardo; DUARTE, Newton, **A Adolescência Inicial – Comunicação Íntima pessoal, Atividade de Estudo e Formação de Conceitos**, Editora Autores Associados, São Paulo, 2016.

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. PRÁTICAS EDUCATIVAS E PREVENÇÃO AO HIV/Aids: Lições aprendidas e desafios atuais, **Interface \_ Comunic, Saúde**, Educ, v.6, n.11, p.11-24, 2002.

Boletim Epidemiológico HIV/aids 2020. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2020/boletim-epidemiologico-hivaids-2020>> acesso em: 21/01/2021.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996.

BRASIL, Ministério da Educação, Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, MEC/SEF. 1997.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. Base Comum Curricular. Brasília. 2018.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **Boletim Epidemiológico: Aids e DST**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

CARVALHO, Vinícius Lucas. **O QUE FIZEMOS DA AIDS: ENTRE REPRESENTAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DOS CORPOS SOROPOSITIVOS EM APARATOS CULTURAIS**. 2017. 110 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2017.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Paz e Terra; Rio de Janeiro, 1967.

GARCIA, Sandra; SOUZA, Fabiana Mendes de. **Vulnerabilidades ao HIV/aids no Contexto Brasileiro:** iniquidades de gênero, raça e geração. Saúde soc., São Paulo, v. 19, supl. 2, p. 9-20, Dec. 2010.

LEAL, F.R.G Zaíra; MASCAGNA, Cristina Gisele, **ADOLESCÊNCIA – Trabalho, Educação e Formação Omnilateral**, Editora Autores Associados, São Paulo, 2016.

LIMA, Fátima. **Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe.** Arq. bras. psicol. Rio de Janeiro, v. 70, n. spe, p. 20-33, 2018.

LOPES, Gabriel **HIV/Aids: conservadorismo ameaça êxitos do programa brasileiro.** Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/hiv-aids-conservadorismo-ameaca-exitos-do-programa-brasileiro>> acesso em 19/05/2020.

MARTINS, M. Lígia, **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico**, Editora Autores Associados, São Paulo, 2016.

MEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, revista do ppgav/eba/ufrj | n. 32 | dezembro 2016.

MIGUEL, Felipe Luis. **Da “doutrinação marxista” à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro.** Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 15, 2016, p. 590-621.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza, & RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal **Sexualidade e Gênero na atual BNCC: possibilidades e limites.** Revista Pesquisa e Ensino, 2020.

MONTEIRO, Raissa Silva de Melo et al . Ações educativas sobre prevenção de HIV/AIDS entre adolescentes em escolas. **Enfermería Actual de Costa Rica**, San José , n. 37, p. 206-222, Dec. 2019 . Available from <[http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1409-45682019000200206&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-45682019000200206&lng=en&nrm=iso)>. access on 28 Oct. 2021.

MOURA, Fernanda Pereira. **“Escola Sem Partido”**: relações entre Estado, educação e religião e os impactos no ensino de história. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

NOVAES, José Antonio; Karina Maria de Souza Soares; Sônia Cristina da Nóbrega C. C. dos Santos. Universidade Federal da Paraíba. **Revista Temas em Educação**; João Pessoa Vol. 25, Ed. Especial, (Dec 2016): 77-94.

PANDITA PEREIRA, Angelina, **Adolescência e juventude: contribuições e desafios de escritos soviéticos para a análise da realidade brasileira**, Obutchénie: R. de Didat. e Psic. Pedag. |Uberlândia, MG|v.3|n.3|p.1-25|set./dez. 2019 ISSN: 2526-7647

PARKER, Richard G. **Na contramão da AIDS: sexualidade, intervenção, política**. Rio de Janeiro e São Paulo: ABIA; 34, 2000.

PARKER, Richard. **Estigmas do HIV/Aids: novas identidades e tratamentos em permanentes sistemas de exclusão**. Icict- Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Rio de Janeiro, 2019.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal; MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza. Avanços e retrocessos da educação sexual no Brasil: apontamentos a partir da eleição presidencial de 2018. **Revista Ibero- Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp.2, junho, 2019 . DOI:[10.21723/riaee.v14iesp.2.12701](https://doi.org/10.21723/riaee.v14iesp.2.12701)

ROLIM, Sandro Rodrigues et al . Conhecimento e acesso aos programas de educação sexual e prevenção da Aids: um estudo com adolescentes escolares. **Aletheia**, Canoas , v. 49, n. 2, p. 110-121, dez. 2016.

SCOPACASA, Lígia Fernandes. **Adolescência: conhecimento sobre prevenção de IST/HIV/AIDS xletramento em saúde**. 2017. 136 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

SEFFNER, Fernando; PARKER, Richard. **Desperdício da experiência e precarização da vida: momento político contemporâneo da resposta brasileira à aids.** Interface - Comunicação, Saúde, Educação, [S.L.], v. 20, n. 57, p. 293-304, 16 fev. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622015.0459>.